

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALAN DAMASIO DE ALMEIDA

AS DISPUTAS ENTRE JAPÃO E CHINA NO MAR DA CHINA ORIENTAL
o emprego de submarinos convencionais pelo Japão na sua estratégia marítima

Rio de Janeiro

2022

CC ALAN DAMASIO DE ALMEIDA

AS DISPUTAS ENTRE JAPÃO E CHINA NO MAR DA CHINA ORIENTAL
o emprego de submarinos convencionais pelo Japão na sua estratégia marítima

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Fontoura de Oliveira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me capacitar desde a fase do concurso de admissão para o C-EMOS 2022 até a finalização desta dissertação.

À Marinha do Brasil e a Escola de Guerra Naval por me proporcionarem a oportunidade de realizar este curso de alto nível.

À minha amada esposa Ana Paula, agradeço o apoio nas horas difíceis e a compreensão da importância na realização deste curso para a minha carreira, bem como na realização pessoal.

Aos meus amigos da turma C-EMOS 2022, pelas ajudas nos mais diversos assuntos, aos debates enriquecedores e pela cordialidade.

Aos meus orientadores, o CMG (RM1) Marcos Antônio Nóbrega Rios pelos conselhos ofertados na confecção da matriz da dissertação, que balizaram a elaboração da estrutura deste trabalho e, ao CMG (RM1) Alexandre Fontoura de Oliveira pelas críticas construtivas, incentivo e orientações finais, fundamentais para o término desta dissertação.

“A invencibilidade está na defesa; a possibilidade de vitória, no ataque. Quem se defende mostra que sua força é inadequada; quem ataca, mostra que ela é abundante”.

(SUN TZU)

RESUMO

A República Popular da China, que ascendeu no cenário internacional nos últimos anos, vem tensionando as relações com o Japão, principalmente no Mar da China Oriental. Nesse sentido, os dois Estados divergem sobre as questões referentes à Ilha Senkakus e às zonas econômicas exclusivas que se agrava pelas atividades chinesas relacionadas com a sua expansão marítima e naval, infringindo a soberania japonesa. Em paralelo às referidas situações, existe a iminência de um conflito armado entre os Estados Unidos da América e República Popular da China, motivada pela preservação da soberania de Taiwan, que possivelmente afetará o Japão. Dessa maneira, este trabalho tem o objetivo de analisar as tensões entre o Japão e República Popular da China, focando na estratégia marítima japonesa e como os seus submarinos convencionais são empregados nesse contexto. Assim, por intermédio da confrontação entre a teoria e a realidade, serão estudados os princípios da estratégia marítima tradicional, com bases formuladas por Sir Julian Corbett (1854-1922) e da atual estratégia marítima japonesa. Em complemento, serão analisadas como a influência da aliança militar Japão- Estados Unidos da América se comportarão na execução da “estratégia de pressão marítima” sobre a República Popular da China, caso ocorra um conflito armado.

Palavras-chave: Mar da China Oriental. Força de Autodefesa Marítima Japonesa. Submarinos Convencionais. Estratégia de Pressão Marítima.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – 1ª e 2ª Cadeia de Ilhas.....	61
Figura 2 – Ilhas Ryukyu.....	62
Figura 3 – Estreitos no Mar da China.....	63
Figura 4 – Batimetria do Mar da China Oriental	64
Figura 5 – Atividades do PLA na área do mar circundante e no espaço aéreo do Japão.....	65
Figura 6 – Localização e quantidades das maiores unidades navais da PLAN.....	66
Figura 7 – Alcance dos mísseis do PLA.....	67
Figura 8 – Defesa em camadas do A2/AD da China.....	68
Figura 9 – Cronologia da Aliança Japão-EUA.....	69
Figura 10 – Posição geográfica da Ilha de Okinawa.....	70
Figura 11 – Forças norte-americanas posicionadas na Ilha de Okinawa.....	71
Figura 12 – Posição das bases da JMSDF.....	72
Figura 13 – Estratégia de pressão marítima de fora para dentro.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de ativos militares: China x Japão.....	74
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASBM –	Anti-ship Ballistic Missile
ASCM –	Anti-ship Cruise Missile
ASUW –	Anti-surface warfare
CCG –	Guarda Costeira da China
ECS –	East China Sea
EUA –	Estados Unidos da América
ISR –	Inteligência, vigilância e reconhecimento
JCG –	Guarda Costeira do Japão
JMSDF –	Japan Maritime Self-Defense Force
JSDF –	Japan Self-Defense Forces
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
MIJ –	Marinha Imperial Japonesa
MMC –	Milícia Marítima Chinesa
MOD –	Organization of the Ministry of Defense
PLA –	People’s Liberation Army
PLAN –	People’s Liberation Army Navy
RPC –	República Popular da China
SCS –	South China Sea
SGM –	Segunda Guerra Mundial
SSBN –	Ship Submersible Ballistic missile nuclear powered
USN –	United States Navy

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O MAR CHINA ORIENTAL: ASPECTOS FÍSICOS, GEOPOLÍTICOS E OPERACIONAIS.....	14
2.1	As reivindicações pelas Zonas Econômicas Exclusivas	16
2.2	As disputas de Japão e China pelas ilhas Senkaku.....	16
2.3	A situação de Taiwan.....	19
2.4	A China: uma ameaça à segurança nacional do Japão.....	20
2.4.1	A Força Naval da China.....	21
2.4.2	O “Anti access” (A2) e a “Area-Denial” (AD) implementados pela China.....	22
3	A BASE TEÓRICA DA ESTRATÉGIA.....	24
3.1	A subordinação à estratégia política e a projeção de poder.....	24
3.2	O controle e a negação do uso do mar.....	26
3.3	A coesão elástica: Divir e Concentrar.....	28
3.4	A organização da Força Naval.....	29
3.5	A influência da geografia, a guerra limitada e a postura de defesa.....	30
3.6	O emprego de submarinos na estratégia marítima.....	33
3.6.1	Os submarinos convencionais.....	35
4	A ESTRATÉGIA MARÍTIMA DO JAPÃO.....	37
4.1	A Aliança com os Estados Unidos da América.....	40
4.1.1	A importância da ilha de Okinawa.....	42
4.2	A função “escudo” da JMSDF.....	43
4.2.1	A organização da JMSDF.....	43
4.2.2	As capacidades ASW e ISR.....	44
4.2.3	O sistema de defesa antimíssil.....	45
4.3	A Força de submarinos.....	46
4.4	A contenção à China: a estratégia de pressão marítima de “fora para dentro”	48
4.4.1	O emprego de submarinos convencionais no Mar da China Oriental.....	50
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	56

ANEXOS	61
APÊNDICE	74

1 INTRODUÇÃO

O Mar da China Oriental (ECS)¹ tornou-se nas últimas décadas um assunto de grandes tensões geradas entre a República Popular da China (RPC)² e o Japão. Este ambiente de preocupação é motivado por três pontos de inflamação entre os dois Estados que podem romper de vez a “frágil paz” na região.

A primeira situação são as disputas pelas ilhas Senkaku³, que, desde o ano de 1951, passaram à jurisdição japonesa, causando de forma diplomática e pacífica reivindicações pelos chineses. Contudo, no ano de 2010, aumentaram as tensões após um incidente de navegação com a guarda costeira do Japão (JCG) e um barco de pesca chinês. Este fato fez as reivindicações da China deixarem de ser moderadas, elevando o nível de discórdia entre os dois Estados. A segunda situação relaciona-se com reivindicações por ambos os Estados sobre as zonas econômicas exclusivas (ZEE), onde existem sobreposição de espaços marítimos, principalmente aqueles que possuem abundante campo de gás natural. O último ponto de inflamação refere-se à expansão marítima chinesa e a intenção da sua marinha de abdicar-se da regionalidade para operar em direção às águas azuis. Nesse sentido, a Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN)⁴, a Guarda Costeira da China (CGC) e a Milícia Marítima Chinesa (MMC) passam rotineiramente pelas águas jurisdicionais japonesas, desrespeitando a soberania desse Estado e tomando atitudes provocativas.

Para agravar a situação, ainda existe uma crise instaurada em Taiwan entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, na qual, apesar de o Japão não estar envolvido,

¹ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*East China Sea (ECS)*”

² Neste trabalho poderá ser empregado eventualmente o termo China, por ser amplamente utilizado.

³ A China reconhece as ilhas Senkaku como ilhas “Diaoyu”.

⁴ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*People’s Liberation Army Navy (PLAN)*”

será afetado caso ocorra um conflito armado.

Por toda essa contextualização, as concentrações de atividades militares na região aumentaram ao longo do tempo, afetando o Japão, que, desde o fim da segunda guerra mundial (SGM) (1939-1945), aderiu a uma política orientada para a defesa e está reavaliando o seu projeto pacifista que passou a seguir as orientações dos EUA, com quem mantém uma aliança militar. Por isso, o Japão vem priorizando nas suas ações de defesa aquilo que lhe possibilite angariar mais benefícios, utilizando a sua vantagem geográfica, as ações com os seus submarinos convencionais e as operações de guerra antissubmarino.

Portando, este trabalho tem como propósito analisar a atual estratégia marítima do Japão e compreender a sua aplicação na política de defesa nacional, contra um possível conflito armado com a China no ECS, focando na utilização de submarinos convencionais.

Para alcançá-lo, será utilizado como desenho de pesquisa o confronto entre a teoria e a realidade, baseado em consulta documental e bibliográfica. O estudo estará restrito ao pensamento estratégico marítimo japonês no pós-SGM até os dias atuais. Esse contexto temporal foi delimitado por representar um período de transição da marinha do Japão, que antes da SGM, era conhecida como Marinha Imperial Japonesa (MIJ)⁵, e, após esse conflito, passou a ser denominada Força de Autodefesa Marítima do Japão (JMSDF)⁶.

Assim, de modo a empreender tal análise, a questão central desta pesquisa é: Como a JMSDF pode empregar os seus submarinos convencionais caso ocorra um conflito armado com a China?

Além da questão central, busca-se, também, responder às seguintes questões complementares: Quais são as conexões e peculiaridades das teorias estratégicas navais

⁵ A MIJ foi a marinha do Império do Japão de 1869 até 1947, quando foi dissolvida após o Japão ter renunciado constitucionalmente ao uso da força como meio para resolver litígios internacionais (PATALANO, 2015).

⁶ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Japan Maritime Self-Defense Force* (JMSDF)”

tradicionais em relação à estratégia marítima do Japão? Quais são as vulnerabilidades pertencentes à aliança militar Japão-EUA diante das ameaças de um conflito armado contra a China?

Para alcançar o propósito deste trabalho, ele foi dividido em cinco capítulos, iniciando com a presente introdução, contendo uma breve abordagem do tema proposto. Em sequência, no segundo capítulo serão estudados os aspectos físicos, geopolíticos e operacionais no ECS, os pontos de inflamação entre o Japão e a China e, como este Estado representa uma ameaça para o Japão.

No terceiro capítulo estarão presentes os fundamentos teóricos da estratégia, desenvolvidos em duas partes: a estratégia marítima e naval centrada nos princípios de Julian Corbett (1854-1922), e a outra parte: a aplicação teórica dos submarinos, abordados pelos Almirante Raoul Castex (1878-1968) e Almirante Karl Dönitz (1891 – 1980), complementados com as vantagens do emprego dos submarinos convencionais. Cabe salientar que serão utilizadas de forma complementar teorias de outros especialistas no assunto, não estando o capítulo restrito apenas aos pensamentos e teorias de Corbett, Castex e Dönitz.

O quarto capítulo demonstrará os principais conceitos da estratégia marítima do Japão e, paralelamente serão apresentados os pontos de aderência aos fundamentos teóricos percorridos no capítulo três. Em seguida, será apresentada a aliança militar do Japão-EUA e como a JMSDF contribui nesse contexto. Por fim, são apresentadas as forças da JMSDF e como elas se opõem à China no caso de um conflito armado, principalmente nas operações com submarinos. O capítulo cinco foi destinado às conclusões, que expressará uma análise sucinta de todo o trabalho, de acordo com as evidências e informações obtidas, focando em responder os questionamentos presentes na introdução.

2 O MAR DA CHINA ORIENTAL: ASPECTOS FÍSICOS, GEOPOLÍTICOS E OPERACIONAIS

O ECS pertence à China, Japão, Taiwan e Coreia do Sul, sendo limitado ao Leste e a Sudeste pela Primeira Cadeia de Ilhas (PCI)⁷ (FIG. 1, ANEXO A). Ele se conecta com o Mar do Japão ao Nordeste pelo estreito da Coreia, com o Mar do Sul da China (SCS)⁸ no Sudoeste através do estreito de Taiwan e, com o Mar das Filipinas no Sudeste pelos estreitos de Tokara e Miyako, através dos espaços entre as várias Ilhas japonesas conhecidas como Ryukyu⁹ (FIG.2, ANEXO B). Por tais ilhas, que pertencem à PCI, passam as rotas das linhas de comunicações marítimas (LCM) que unem o ECS ao Pacífico (GAGARIDIS, 2017).

Assim, os Estados pertencentes ao ECS, para acessar o Pacífico, precisam passar por seis estreitos: Soya, Osumi, Satsunan, Miyako, Yonaguni e Bashi (FIG. 3, ANEXO C). Destes estreitos, cinco passam pelas Ilhas Ryukyu, tornando a PCI uma “barreira” para o acesso às águas azuis. Desse modo, as ilhas Ryukyu que são controladas pelo Japão, lhe fornecem uma vantagem geográfica, restringindo a China ao tentar se direcionar para o oceano Pacífico e frustrando as suas ambições marítimas (YOSHIHARA; HOLMES, 2018).

As LCM localizadas no ECS tem uma importância estratégica e vital para Japão e China, pois ambos os Estados são muito dependentes dessas vias navegáveis para o abastecimento de alimentos, energia (petróleo, gás natural e carvão) e comércio.

O estreito de Miyako, entre a ilha de Okinawa e a Ilha Miyako, é a maior lacuna ao longo da PCI. Por este local, passa a maioria das rotas de navegação usadas pelos Estados pertencentes ao ECS (YOSHIHARA; HOLMES, 2018). O transporte marítimo chinês é muito

⁷ Linha virtual se estende por toda a costa leste da Eurásia, iniciada nas Ilhas Curilas, passando pelo arquipélago do Japão, Ilhas Ryukyu, Taiwan, norte das Filipinas, Península de Kamchatka à Península Malaia.

⁸ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*South China Sea (SCS)*”

⁹ As Ilhas Ryukyu se estendem a sudoeste de Kyushu até Taiwan, formada pelas Ilhas Osumi, Tokara, Amami, Okinawa e Sakishima e Yonaguni.

dependente dos estreitos de Osumi e Miyako, pois a maioria do tráfego marítimo entre diversos portos no mundo e as suas cidades como Xangai, Ningbo e Hong Kong passam por eles (YOSHIHARA; HOLMES, 2018). O estreito de Osumi é a principal porta de entrada para os portos do Sul da China. Por outro lado, pelo estreito de Miyako passam as LCM entre a China a Oceania, América Central e do Sul (YOSHIHARA; HOLMES, 2018).

Do ponto de vista operacional, o ECS é bem estreito, com a maior largura em 630 Km, possuindo dentro desse espaço, bases navais e aeródromos militares da China, Japão-EUA e Coreia do Sul. Este fato faz com ele esteja dentro do alcance dos caças de combate de vários Estados (JIAQI; YU, 2014). Em relação à batimetria, muito importante para as operações com submarinos, a grande parte do ECS é rasa (FIG. 4, ANEXO D), sendo que 75% da sua porção mede entre 140 e 160 metros, enquanto a profundidade máxima está localizada na parte sul de Okinawa com 2.700 metros (PINXIAN; QIANYU; CHUN-FENG, 2014).

As partes mais rasas estão presentes em grande parte no Mar Amarelo e a Oeste da PCI. A variação de marés é muito acentuada e rápida no ECS e, por isso, são adequadas apenas operações com submarinos convencionais nessa área (JIAQI, YU, 2014).

As ilhas Ryukyu também constituem uma notável localização do ponto de vista operacional. Por intermédio da aliança militar Japão-EUA, existem diversas bases militares em Okinawa, tornando-se “posições avançadas” e estratégicas para os EUA na região.

Nesse contexto, os estreitos de Osumi e Miyako por estarem muito próximos de Okinawa, facilitam o monitoramento pelas forças navais desta aliança militar das LCM com destino às cidades chinesas de Xangai, Hangzhou e Xiamen (YOSHIHARA; HOLMES, 2018).

2.1 As reivindicações pelas Zonas Econômicas Exclusivas

O ECS possui recursos significativos como petróleo, gás natural e pesca, elevando o seu grau de importância para os dois Estados, uma vez que ambas as economias dependem do fluxo de hidrocarbonetos vindo do exterior (GAGARIDIS, 2017). No ano de 1995, o campo de gás natural de “*Chunxiao*” foi descoberto na ZEE da China, embora o Japão tenha alegado que a localização também faça parte da sua ZEE. Dessa maneira, reivindicações à Organização das Nações Unidas (ONU) foram realizadas pelos dois Estados, a fim de obter a exclusividade na exploração dos recursos naturais pertencentes às áreas sobrepostas (STRATING, 2021).

Nesse contexto, até que as fronteiras das ZEE e a plataforma continental fossem estabelecidas no ECS, Japão e China no ano de 2008, realizaram um acordo bilateral, concordando em desenvolver conjuntamente as reservas de gás na área disputada, proibindo a perfuração independente por ambos os Estados.

De acordo com o “*Asahi Shimbun*”¹⁰ (2022), em maio de 2022, o Japão protestou na embaixada chinesa, alegando que este Estado vem desenvolvendo unilateralmente plataformas de perfuração na área em disputa, quebrando o acordo ratificado por ambos.

2.2 As disputas de Japão e China pelas Ilhas Senkaku

As Ilhas Senkaku¹¹ é administrada pela província de Okinawa, cujos valores agregados no seu entorno estratégico são os vastos recursos naturais de hidrocarbonetos e pesca, além da proximidade nas principais LCM, beneficiando o seu melhor controle marítimo.

¹⁰ Asahi Shimbun é um jornal diário do Japão.

¹¹ Incluem no arquipélago as ilhas Uotsuri, Kitakojima, Minamikojima, Kuba, Taisho, Okinokitaiwa, Okinominamiwa e Tobise.

Os governos japoneses e chineses afirmam que as Ilhas Senkaku fazem parte do seu território, utilizando evidências históricas para apoiar suas alegações. A China declara que desde a Dinastia Ming (1368 a 1644), as ilhas eram usadas pelos seus navegadores como meio de orientação pela chamada “rota da bússola”, sendo os primeiros a descobri-las e tendo direito sobre a região (TSENG, 2015). Contudo, em 1895, na Era Meiji (1868-1912), por intermédio do Tratado de *Shimonoseki*, que encerrou a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), as Ilhas Senkaku junto com as Ilhas de Taiwan e Pescadores foram cedidas pela China ao Japão. Naquele mesmo ano, o Japão baseado no fato de ocupação como “terra nullius”¹², declarou que as Ilhas Senkaku eram parte inerente das Ilhas Ryukyu, ficando sob responsabilidade de Okinawa (TSENG, 2015).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Japão (MOFA)¹³, após a SGM, em 1951 foi assinado o Tratado de Paz de São Francisco que oficializou a renúncia pelo Japão de todos os direitos, títulos ou reivindicações sobre as Ilhas de Taiwan e Pescadores. Além do mais, os EUA, a partir daquela data, ficaram responsáveis pela administração das ilhas Ryukyu, incluindo as Ilhas Senkaku (JAPÃO, 2016). Assim, a partir do Tratado de São Francisco iniciam os questionamentos chineses, apoiados no fato de que as Ilhas Senkaku também deveriam ser passadas para a China, do mesmo modo como ocorreu com as Ilhas de Taiwan e Pescadores, reforçando que estas foram descobertas e ocupadas pelos chineses desde a época da Dinastia Ming. No entanto, o Japão rejeita a versão chinesa, afirmando que, pelo fato de essas Ilhas serem ocupadas (terra nullius) antes do Tratado de *Shimonoseki*, não deveriam ser renunciadas em favor da China e que nenhum tratado se aplicaria (LIU, 2019).

No ano de 1969, a Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE)

¹² Expressão latina decorrente do direito romano que significa “terra que pertence a ninguém”.

¹³ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Ministry of Foreign Affairs of Japan* (MOFA)”.

realizou um levantamento dos recursos de petróleo e gás ao redor das Ilhas Senkaku, gerando um relatório sobre a possibilidade da existência de áreas ricas em hidrocarbonetos nas águas à Nordeste de Taiwan. Tais fatos incentivaram a China no ano de 1970 declarar que as ilhas Senkaku pertenciam ao seu território (LIU, 2019). Nesse sentido, no ano de 1971, foi assinado o “Acordo de Reversão de Okinawa”, no qual os EUA renunciaram em favor do Japão as Ilha Ryukyu e os Senkaku. Essa ação acarretou, ainda no mesmo ano, um protesto formal pela China repudiando o referido acordo de reversão (TSENG, 2015).

As tensões em relação às reivindicações pelas Ilhas Senkaku foram amenizadas em 1972, por intermédio de um “comunicado conjunto de boas relações bilaterais” dos governos do Japão e da RPC. As boas relações foram consolidadas em 1978, quando ambos assinaram o Tratado de Paz e Amizade (TSENG, 2015). Assim, por esse tratado, as disputas pelas ilhas foram apaziguadas, deixando para futuras gerações a continuidade dos acordos, devendo os Estados juntos desenvolver os recursos naturais na referida área (TSENG, 2015).

As disputas pelas Ilhas começaram a demonstrar que futuros conflitos poderiam ocorrer quando, a partir do ano de 1992, a China promulgou a “*Lei sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua*” que, pela primeira vez decretava oficialmente que as ilhas Senkaku também eram parte do seu território (JAPÃO, 2016).

No entanto, o episódio mais conflituoso ocorreu no ano de 2010 provocado pela colisão de dois barcos de patrulha da JCG e uma traineira chinesa que estava pescando nas águas dessas ilhas. Nesse contexto, a traineira foi confiscada e toda a sua tripulação apresada, sendo liberada após três dias do ocorrido. Contudo, como o Japão ainda investigava o incidente, estendeu o prazo de detenção do Comandante da traineira (SMITH, 2011).

A detenção do Comandante tomou proporções grandiosas, e o assunto teve que ser discutido na Assembleia Geral da ONU. Neste cenário, a China exigiu publicamente a

libertação do seu nacional. Por isso, em 24 de setembro, após intensas pressões diplomáticas, o Japão anunciou a libertação do Comandante da embarcação, afirmando que o impacto diplomático do caso sugeriu a interrupção do processo judicial (SMITH, 2011).

No ano de 2012, o Japão comprou, de uma família japonesa três ilhas pertencentes às Senkaku, elevando as tensões com a RPC. Para agravar a situação, no ano de 2013, a secretária de governo dos EUA, Hillary Clinton (1947-) declarou que as ilhas Senkaku estavam incluídas no Tratado de Segurança Japão-EUA, causando grande descontentamento pela RPC.

No mesmo ano, a China, para impor que a área das ilhas Senkaku seria seu território, implementou no espaço aéreo sobre elas, uma “Zona de Defesa de Identificação Aérea” (ZDIA), estabelecendo que as aeronaves que estivessem voando nessa região deveriam estar de acordo com as regras definidas. Para tal, a China poderia recorrer às “medidas defensivas”, caso houvesse descumprimento dessas regras (JAPÃO, 2016).

A RPC declara que as Ilhas Senkaku são partes inalienável do seu território, assim, está determinada a salvaguardar a soberania das ilhas, inclusive nas águas adjacentes, e utilizará a força para a sua proteção. Por isso, os navios da CGC estão operando dentro das águas territoriais das Ilhas, sugerindo que a RPC está no local para exercer poderes de aplicação da lei (JAPÃO, 2016).

2.3 A situação de Taiwan

Taiwan faz parte da PCI, sendo muito importante para a RPC que tem pretensões de dominar os mares. Contudo, a geografia da região frustra suas aspirações, e, por isso, avançar a sua posição no Pacífico Ocidental significa dominar primeiro a ilha de Taiwan.

Assim, Taiwan sendo uma fortaleza insular, torna primordial para a RPC obter a

soberania da ilha, o que poderá ocorrer por meio da força. Neste caso, existe a possibilidade de iniciar-se um conflito armado com os EUA.

Dessa maneira, a tentativa de retomada poderá ter a participação do Japão devido à aliança militar com os EUA. Além do mais, o interesse japonês neste conflito também está associado ao fato que se a China conquistar Taiwan ficará a apenas 110 km da Ilha Yonaguni, o que tornaria muito mais difícil para o Japão defender não apenas essa ilha, mas as Ilhas Ryukiu, Senkaku e Okinawa (NOBORU, 2021).

No seu Livro Branco de Defesa¹⁴, o Japão considerou Taiwan como importante para a sua segurança doméstica e internacional e acrescentou que é necessário prestar muita atenção à situação com uma sensação de crise mais do que nunca (JAPÃO, 2021).

2.4 A China: uma ameaça à segurança nacional do Japão

A RPC atualmente é tratada pelo Japão como uma ameaça à sua segurança nacional, pois são evidentes as preocupações em relação as suas tendências militares, que demonstram insuficiente transparência sobre a política de defesa, trazendo apreensão para a região (JAPÃO, 2021). As operações militares da PLAN estão se expandindo no ECS e, para além da região, mostrando que os seus navios estão se aproximando das Ilhas Senkaku. Existem ocorrências de intensas operações em torno de Taiwan, no canal de Bashi e nas ilhas japonesas (FIG. 5, ANEXO E), incluindo o uso de seu porta-aviões e treinamento conjunto.

Nesse contexto, não é apenas a PLAN que representa preocupações ao Japão. A presença da CGC perto das Ilhas Senkaku aumenta as tensões, possibilitando as chances de

¹⁴ *Defense of Japan - Annual White Paper 2021*, que será atribuído para as citações indiretas "(JAPÃO, 2021)".

um conflito armado (SAYERS, 2019). A China possui uma Milícia Marítima (MMC)¹⁵, composta por barcos pesqueiros empregados em disputas de baixa intensidade, realizando ação de presença, inclusive com posturas agressivas de abalroamento.

2.4.1 A Força Naval da China

A PLAN realizou uma modernização naval nos últimos anos visando desenvolver capacidades para alcançar o maior grau de controle ou domínio sobre a região no mar da China. Além disso, a PLAN está estendendo os seus objetivos voltados para as capacidades operacionais em águas azuis, com aspirações de sustentar missões navais longe da costa, visando se tornar cada vez mais livre das restrições geográficas (EUA, 2015).

De acordo com Shelbourne (2021), a RPC tem a maior Força Naval do mundo, com um total de 355 navios (FIG. 6, ANEXO F). Apesar disso, conforme registrado no *“Global Fire Power”*¹⁶ (2022), a RPC figura na terceira posição dentre as maiores potências militares do mundo, ficando atrás dos EUA e da Rússia. Pela composição da PLAN (TAB.1, APÊNDICE A), verifica-se a diversificação dos seus meios, incluindo os porta-aviões e submarinos nucleares, demonstrando a sua intenção de se tornar uma marinha global. Recentemente, a PLAN lançou o seu novo navio chamado *“Fujian”*, possibilitando colocar em operação um total de três porta-aviões na região do mar da China (MAHADZIR, 2022).

A PLAN opera com 69 submarinos diesel-elétricos, de acordo com as seguintes classes: *“Yuan”*, *“Ming”*, *“Kilo”* e *“Song”*. Esses submarinos utilizam mísseis de cruzeiro

¹⁵ Milícia Marítima Chinesa (MMC) é financiado pela RPC e usada para reivindicação nas águas em disputas.

¹⁶ Fornece exibição analítica de dados da capacidade de guerra relativos às 142 potências militares modernas.

antimissil (ASCM)¹⁷ e são otimizados para missões regionais, concentrados em guerra anti-superfície (ASuW)¹⁸ perto das principais LCM. Os submarinos nucleares são cinco e foram destinados a operar mais afastados do continente, realizando missões de inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR) e ASuW (EUA, 2015).

2.4.2 O “Anti Access” (A2) e a “Area-Denial” (AD) implementados pela China

Si-Fu (2014), aponta que a RPC implementou no ECS uma estratégia A2/AD, conhecida como “*anti access*” (A2) e “*area-denial*” (AD), com a intenção de limitar a liberdade de ação do adversário no mar, ar e em terra, sendo conquistado por meio de esclarecimento e vigilância de áreas extensas, coordenando o emprego de armamento de longo alcance e grande precisão, impondo um risco alto a quem pretenda operar na região em disputa.

O “A2” são ações e capacidades, usualmente de longo alcance e, visam impedir a entrada das forças adversárias em um teatro de operações, diferenciando das “AD”, que visam impedir ou restringir liberdade de ação do adversário dentro de seu espaço de batalha defendido (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003). Desse modo, as capacidades “AD” consistem em sistemas avançados antimissil e antiaéreo. Nas proximidades da costa poderá utilizar minas sofisticadas, submarinos diesel-elétricos e navios patrulhas (TANGREDI, 2013).

Os artifícios utilizados para o A2/AD do Exército de Libertação Popular (PLA)¹⁹ estão cada vez mais sofisticados. Os recursos de guerra cibernética foram aprimorados junto com os esforços de espionagem. O PLA conta com avançados mísseis balísticos antimissil

¹⁷ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Anti-ship Cruise Missile (ASCM)*”

¹⁸ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Anti-surface warfare (ASuW)*”.

¹⁹ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*People’s Liberation Army (PLA)*”

(ASBM)²⁰, aeronaves de 5ª geração²¹, que incorporam a tecnologia furtiva e a capacidade de realizar ataques por submarinos balísticos movido a energia nuclear (SI-FU, 2014).

A China conduz diversos programas de testes com ASBM, podendo estes atingir alvos no Pacífico Ocidental (FIG. 7, ANEXO G). O PLA ainda pode equipar os bombardeiros “H-6” da PLAN com mísseis balísticos. O nível de sofisticação dos testes demonstra que o PLA continua investindo em impedimentos para limitar a eficácia das forças navais dos EUA perto da China e, em particular, visando os porta-aviões (LAGRONE, 2022).

Os ASCM são empregados por navios de guerra, submarinos e aeronaves que patrulham as águas ao longo da costa. Conforme a “*Missile Defense Advocacy Alliance*” (MDDA), a China conta com aeronaves de combate e uma rede de plataformas de defesa aérea e antiaérea, empregando sistemas defensivos para negar o uso poder aéreo pelos adversários e o uso de ASCM na região (MDDA, 2018).

Desse modo, as capacidades A2/AD da RPC têm pressionado a Marinha norte-americana (USN)²² fora de seus mares adjacentes e, em caso de guerra, os porta-aviões e outros navios considerados unidades de maior valor permaneceriam atrás da PCI.

Na região do mar da China, abrangendo a área da PCI, a RPC utiliza em proveito do seu A2/AD uma estratégia de defesa em profundidade por camadas (FIG. 8, ANEXO H) (EUA, 2015). Na primeira camada de proteção, utilizam-se ASBM lançados de terra e o emprego dos submarinos nucleares e convencionais. Na segunda camada, são lançados os meios aéreos e submarinos convencionais, conjugados com os meios de superfície e ASCM lançados de terra. Por fim, na terceira camada, existem ações dos meios de superfície, dos meios aéreos, aeronavais e submarinos convencionais, combinados com ASCM lançados de terra.

²⁰ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Anti-ship Ballistic Missile (ASBM)*”.

²¹ Utilizado pela Força Aérea do PLA o caça furtivo “*Chengdu J-20*”.

²² Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*United States Navy (USN)*”.

3 A BASE TEÓRICA DA ESTRATÉGIA

Para abordagem teórica deste trabalho serão estudados os conceitos da estratégia marítima fundamentados pelos princípios de Sir. Julian Corbett²³, pois trazem à luz as características permanentes do poder marítimo e a natureza específica de sua contribuição para a estratégia nacional, direcionada veemente para os interesses políticos.

A base teórica foi complementada por outros estrategos de grande relevância sobre o assunto, principalmente no que tange à parte referente aos submarinos.

3.1 A subordinação à estratégia política e a projeção de poder

Corbett (1911) tinha a convicção da precedência política na guerra que acarretava na elaboração de uma estratégia apropriada para proteger os interesses nacionais. Esses princípios são transcritos na sua principal obra "*The Principles of Maritime Strategy*", do ano de 1911, conforme apresentado a seguir:

Por estratégia marítima entendemos os princípios que regem uma guerra, na qual o mar é um fator importante. A estratégia naval é apenas a parte que determina os movimentos da esquadra, quando a estratégia marítima determinar que parte desta força naval deve estar à disposição das forças terrestres; pois é quase impossível que uma guerra possa ser decidida pela ação naval sozinha. Sem ajuda, a pressão naval só pode funcionar por um processo de exaustão (CORBETT, 1911, p. 11, tradução nossa).²⁴

Ele destacava que a preocupação primordial da estratégia marítima é determinar

²³ Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922) foi um historiador naval britânico e geoestrategista, cujas obras ajudaram a moldar as reformas da Marinha Real naquela época.

²⁴ No original: "*By maritime strategy we mean the principles which govern a war in which the sea is a substantial factor. Naval strategy is but that part of it which determines the movements of the fleet when maritime strategy has determined what part the fleet must play in relation to the action of the land forces; for it scarcely needs saying that it is almost impossible that a war can be decided by naval action alone. Unaided, naval pressure can only work by a process of exhaustion*".

as relações do exército e da marinha em um plano de guerra. Na formulação de uma estratégia marítima, a questão-chave a ser abordada é “como a marinha se enquadraria nos objetivos políticos e estratégicos nacionais”.

A contribuição mais significativa desse conceito é que deixa de atribuir ao poder naval a responsabilidade pela vitória na guerra e combina de maneira abrangente os poderes militares com os fatores políticos, econômicos e diplomáticos.

Por isso, o Exército e Marinha devem estar intimamente ligados em benefício das operações conjuntas e dos objetivos nacionais, maximizando mutuamente os seus poderes combatentes (CORBETT, 1911).

A marinha de guerra pode intervir em um campo de batalha para apoiar os esforços do exército. Tal apoio efetua-se com a projeção de poder, em ataques no litoral do território inimigo ou em território distante.

Assim, Corbett (1911) prezava a capacidade de projeção de força por parte da Marinha, com apoio de fogo ou em operações anfíbias, influenciando decisivamente as ações do mar sobre as operações terrestres. Na sua principal obra “*Some Principles of Maritime Strategy*”, Corbett demonstrou o seu parecer favorável à projeção de força naval.

Um elemento óbvio de força é aquele onde as condições geográficas são favoráveis, somos capazes, pelo uso de nossa marinha, de restringir a quantidade de força que nossos exército terá que lidar. Podemos, de fato, trazer a nossa esquadra para reparar o equilíbrio adverso de nossa força terrestre (CORBETT, 1911, p.61, tradução nossa)²⁵.

O conceito de Corbett em relação à projeção de força não está associado apenas ao auxílio ao Exército em terra, mas também pode ser estendido às ações diplomáticas.

Para Corbett (1911), as ações diplomáticas deveriam atender aos interesses

²⁵ No original: “An obvious element of strength is that where the geographical conditions are favourable we are able by the use of our navy to restrict the amount of force our army will have to deal with. We can in fact bring up our fleet to redress the adverse balance of our land force”.

políticos e utilizar a força quando necessário. Ele entendia que as marinhas deveriam ser capazes de influenciar os eventos políticos em terra.

Desse modo, podemos associar a projeção de força a uma prática utilizada no século XIX, conhecida como “diplomacia das canhoneiras”. Nesta ação, as potências ocidentais como o Reino Unido e a França, intimidavam outros Estados a fazerem concessões por meio de demonstrações de seus recursos navais, por meio de um navio de guerra ou uma esquadra que se posicionava em seu litoral provando todo o seu poder de fogo.

Uma outra ação de projeção de poder sobre terra argumentada por Corbett eram as operações anfíbias. Ele defendia que as forças navais raramente poderiam ser decisivas por conta própria e, portanto, precisavam da capacidade de projetar forças em terra, relacionando a ação do poder terrestre com o poder naval, tornando-se as operações militares conjuntas o tema principal, devendo o Exército e a Marinha trabalharem em articulação (CORBETT, 1911).

Além do mais, as operações conjuntas também são muito importantes quando o oponente possui somente linhas de comunicação terrestres, pois elas serão necessárias para romper essas linhas ou formar uma posição defensiva mais avançada, a fim de isolar o objeto que se deseja conquistar (CORBETT, 1911).

3.2 O “controle e a negação do uso do mar”

Seguindo os conceitos de Corbett, estudaremos como ele definiu o Comando do Mar. Este termo, primeiramente foi cunhado por Alfred Mahan (1840-1914) na sua principal obra *“The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783”*.

Mahan (1965) argumentou que o poder global derivava do comando do mar, sendo que a chave para o alcançar seria por uma procura obcecada pelas batalhas decisivas,

consequentemente derrotando a esquadra adversária. Ele imaginou o mar como uma frente de batalha, onde os Estados poderiam lutar para conquistar o seu controle e o comando. A aplicação dessa ideia é remetida à estratégia naval de águas azuis, ou seja, batalhas entre esquadras que se opõe em mar aberto.

Contudo, o mar não pode ser objeto de total domínio ou propriedade, caso contrário, o comando do mar significaria o controle total da passagem no mar, incluindo as águas sobrejacentes e subjacentes. Por esse motivo, implicaria em uma impossibilidade física, pois para garantir o controle totalitário, seria necessário assegurar a posição de muitos meios navais em cada espaço marítimo, por todos os oceanos.

Para Corbett (1911), o comando do mar não era o único propósito da guerra naval. O comando do mar seria um controle localizado das comunicações marítimas para fins comerciais ou militares, asseguradas pelas forças navais em cumprimento à estratégia marítima. Por isso, o comando do mar é mais efetivo quando possui o controle de pontos de estrangulamento ou áreas específicas, mesmo assim por um período limitado ou de pequenas áreas. Não se trata de uma batalha decisiva, mas do local decisivo.

Uma outra opção para o controle do mar é o bloqueio naval. Assim, Corbett(1911) diferenciou entre o bloqueio fechado, projetado para negar a um inimigo a capacidade de deixar o porto, e o bloqueio distante, destinado a atrair forças inimigas para um conflito decisivo que favoreceria a força de bloqueio.

Geoffrey Till (2009) afirmou que o controle do mar não se trata de operações em mar aberto contra a esquadra do adversário, sendo muito mais provável que ocorra em regiões litorâneas nas águas marrons, onde as ameaças são muito diferentes e tão desafiadoras quanto as encontradas no oceano aberto.

Corbett (1911) enfatizou que é desejável a busca pelo controle do mar, porém um

Estado, possuindo uma marinha inferior para lutar pelo seu controle, pode tentar negá-lo em espaços marítimos limitados ou em áreas focais. A negação do uso do mar são tentativas de cessar a capacidade do inimigo de usá-lo, sem necessariamente tentar controlá-lo.

Existem diversas maneiras para implementar a negação do uso ao inimigo, incluindo operações de bloqueio que restringem o acesso através de pontos de estrangulamento ou mares congestionados, o uso de minas, ataques rápidos a navios e instalações em terra, contenção de forças inimigas (SPELLER, 2019).

A negação do uso do mar foi utilizada pelo Japão com sucesso durante o período da Guerra Fria (1947-1991)²⁶ na década de 1970. A localização geográfica do arquipélago japonês deu-lhe uma vantagem estratégica na limitação da expansão naval soviética no Leste da Ásia. As ilhas japonesas abrigavam bases navais vitais para contenção e, seus estreitos eram pontos cruciais de acesso ao oceano, facilitando o patrulhamento dos meios navais japoneses, negando à frota soviética a chance de ameaçar o seu espaço marítimo (PATALANO, 2015).

3.3 A “coesão elástica”: Divir e Concentrar

A divisão da esquadra às vezes é necessária para obter flexibilidade no emprego de seus meios nas diversas operações destinadas para cumprimento da sua missão. Desse modo, Corbett (1911) argumentava que para uma força naval ser flexível, a esquadra teria que se dividir, a fim de destinar uma parcela da força para realizar um bloqueio defensivo e, outra para conduzir ataques às LCM do inimigo, porém ambas deveriam se unificar rapidamente, concentrando-se para fins táticos.

²⁶ Guerra Fria (1947-1989) marcou a polarização do mundo em dois blocos: um liderado pelos norte-americanos e outro pelos soviéticos (BLAINEY, 2011).

Essa concentração atende ao conceito que ele descreveu como “coesão elástica”, em que a esquadra se dispersaria em curtas distâncias, cobrindo uma área mais ampla, porém quando necessário, garantiria uma rápida concentração de seus meios navais, reunindo forças superior para atacar ou defender, onde e quando fosse necessário (CORBETT, 1911).

Corbett observava, como desvantagem, a concentração da esquadra de forma engessada, pois enfraquecia a capacidade que a marinha tem de proteger as LCM, de modo que a concentração em benefício de uma ação decisiva estaria expondo o comércio ao ataque eventual de uma força inimiga. Além disso, Handel (2000) alega que a concentração facilita o acompanhamento pelo adversário do movimento da força e, por consequência, denuncia as suas intenções, contrariando o princípio da surpresa.

A desassociação dos interesses políticos da estratégia naval, relacionados com a falta de flexibilidade e coesão elástica da MIJ, desejosa pelo Comando do Mar absoluto e batalhas decisivas, levaram um sucesso repentino para Japão nos estágios iniciais da SGM.

No entanto, esses ganhos não puderam ser sustentados, e as principais LCM mal guarnecidas pela MIJ, tornaram-se uma vulnerabilidade que os submarinos estadunidenses exploraram, dizimando a sua marinha mercante, prejudicando a sua economia e degradando o abastecimento para manter os esforços de guerra japoneses (PATALANO, 2015).

3.4 A organização da Força Naval

Para as ações de controle ou negação do uso do mar, Corbett (1911) atribuiu funções para a esquadra de batalha, cruzadores ou flotilhas, separados conforme as seguintes atribuições: A esquadra de batalha com a sua presença concentrada, destina-se à segurança do controle ou a conquista do comando do mar. Os cruzadores, operando em áreas focais,

sozinhos ou em esquadrões, desempenhariam a função de negação do uso do mar, atacar o litoral ou controlar as principais LCM.

Depois de vencer a luta pelo comando do mar, para que o inimigo derrotado não represente uma nova ameaça, a esquadra de batalha é revertida em um papel secundário, protegendo os cruzadores, no que Corbett chama de "trabalho especial" (CORBETT, 1911).

Analisando a organização da força naval estabelecida, Corbett destacou mais as funções integradas que esses navios desempenhavam juntos do que as suas capacidades individuais. Para os dias de hoje, analogamente, podemos entender que os cruzadores, operando escoteiro e desempenhando a negação do uso do mar, poderiam ser relacionados aos submarinos.

3.5 A influência da geografia, a guerra limitada e a postura de defesa

Mahan (1965) atribuiu grande importância aos fatores geográficos, afirmando que os principais aspectos que influenciam o poder naval são a posição geográfica e a conformação e extensão do território. Pela definição deste conceito, quanto maior a extensão do litoral de um Estado e as águas territoriais, mais inclinado estará em exercer atividades marítimas.

Em teoria, quanto mais intimamente envolvido um estado estiver com o mar, mais provável é que exija um poder naval forte para defender os seus interesses marítimos ou projetar o seu poder sobre e através dos mares (LINDBERG, 1998).

No litoral, a geografia tem maior impacto na guerra naval, pois as distâncias são curtas, o tempo de reação é comprimido e a flexibilidade de movimento é restrita, particularmente para embarcações maiores e de grande calado (LINDBERG, 1998).

As obstruções existentes no litoral, como: ilhas, baixios, recifes, rochas e bancos

de areia, geram vantagens e desvantagens significativas para os defensores e agressores. A ocultação, emboscada e retirada são realizadas de maneira mais fácil, enquanto o avanço, a detecção e o direcionamento se tornam mais difíceis (LINDBERG, 1998).

O Almirante Castex²⁷(1965, apud WEDIN, 2015)²⁸ conceituou que a geografia do litoral favorece quem está na defensiva, ajudando a proteger as suas LCM e ocultá-las das ações do atacante, ao mesmo tempo que torna difíceis os ataques contra o território.

De acordo com Lindberg (1998), as águas rasas, a partir de 200 metros predominantes nos litorais, elevam o nível de atenção devido as preocupações abaixo da superfície da água. O fundo do mar nesses locais é irregular, além de ocorrer instabilidades de salinidade e temperatura nas camadas, altos níveis de ruído e concentrações de vida marinha.

O acesso para essas águas é restrito, sendo realizado através de estreitos ou pontos de estrangulamento. Nesses trechos ocorrem atividades de pesca e tráfego marítimo intenso, favorecendo as operações de ataque por submarinos diesel-elétricos. Contudo, a eficácia das operações antissubmarino (ASW)²⁹ torna-se muito difícil (LINDBERG, 1998).

Estados que possuem ilhas no seu mar territorial têm vantagem militar, pois elas desempenham papéis importantes, servindo como postos de alerta e vigilância, bases logísticas para operações no mar e fortificações para impedir invasões (LINDBERG, 1998).

A importância da geografia na formulação da estratégia marítima ganha robustez quando associada aos conceitos de “guerra limitada”, que tem sua origem em Clausewitz³⁰ e aprimorada por Corbett. Para Clausewitz (2010), na guerra limitada a destruição das forças do oponente e a conquista de seus territórios nunca são um fim em si mesmo. Ela é definida pela

²⁷ Raoul Victor Patrice Castex (1878-1968) foi um almirante da Marinha francesa e um teórico militar.

²⁸ CASTEX, Raoul. *Théories stratégiques*, Paris, Institut de *Stratégie Comparée et Économica*, 1997. Tomo I – VII

²⁹ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Anti-Submarine Warfare (ASW)*”.

³⁰ Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780 - 1831) foi um militar do Reino da Prússia que ocupou o posto de general, considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra por sua obra *Da Guerra (Vom Kriege)*.

limitação do objetivo, que pode ser por uma ação ofensiva, quanto defensiva.

Porém para Corbett (1911), a guerra limitada definida por Clausewitz era uma teoria viável, pois ele entendia que este conceito dependia da posição geográfica do objetivo e precisava ser associada ao ambiente marítimo.

Assim, Corbett reformulou o conceito de guerra limitada:

A guerra limitada só é possível às potências insulares ou entre potências separadas pelo mar e, somente quando o poder que deseja a guerra limitada é capaz de comandar o mar para tal grau que seja capaz não apenas de isolar o objeto distante, mas também de tornar impossível a invasão de seu território natal (CORBETT, 1911, p. 48, tradução nossa).³¹

A guerra limitada para Corbett (1911) é mais apropriada para potências marítimas insulares, porque permitia o uso de posições defensivas sem abrir mão da iniciativa estratégica, apoiando-se na crença de Von Moltke (1800-1891)³², de que na guerra a posição mais forte é a ofensiva estratégica combinada com a defesa tática.

A defesa tática em conjunto com a ofensiva estratégica, pressupõe que o defensor tenha fatores como prontidão e mobilidade superiores em relação ao atacante, por estar melhor situado no objeto territorial. Nesse sentido, para Corbett e Moltke, o terreno, a distância geográfica e a iniciativa trabalham em nome do defensor, tornando o contra-ataque um grande desafio para o adversário.

A vantagem da insularidade é explicada quando comparamos com as guerras que são travadas entre Estados continentais ou com proximidades fronteiriças, pois eles são obrigados, na maioria das vezes, a desguarnecer seu próprio território para combater em outros lugares.

³¹ No original: *“limited war is only permanently possible to island Powers or between Powers which are separated by sea, and then only when the Power desiring limited war is able to command the sea to such a degree as to be able not only to isolate the distant object, but also to render impossible the invasion of his home territory”*.

³² Helmuth Karl Bernhard Graf von Moltke (1800-1891) foi um marechal prussiano, Chefe do Estado Maior do Exército, é considerado o criador de métodos mais modernos de dirigir exércitos na guerra.

Em Estados insulares com reduzida possibilidade de reação do adversário, uma única ofensiva limitada pode ser suficiente. Por isso, a posição insular é uma forte vantagem estratégica e tática na condução das operações navais, tanto nas ações defensivas, quanto ofensivas (LINDBERG, 1998).

Na guerra "Russo-Japonesa" (1904-1905)³³, enquanto as forças do Japão estavam localizadas no teatro de operações, a Rússia estava mal posicionada. Para enfrentar os japoneses, os russos precisaram deslocar-se por grandes distância, estendendo seu comando e controle, as linhas de abastecimento e logística (LARDAS, 2018). Desse modo, configurou-se uma guerra limitada, com a vitória japonesa e, coadunou com os objetivos políticos, porque o Japão não pretendia derrotar a Rússia em uma guerra total, mas apenas no nordeste da Ásia. Com isso, a guerra limitada demonstrou o poder da localização geográfica, tornando possível um Estado mais fraco vencer um conflito contra um outro mais forte.

Na defesa do próprio continente, existem dois modelos amplos em relação à postura defensiva, que são usadas para prevenir ou resistir ao ataque, chamadas de proativas e reativas. A defesa proativa está na agilidade de tomar decisões e obter a iniciativa das ações pelo monitoramento e controle dos espaços marítimos críticos. Por outro lado, a defesa reativa espera a ameaça ser concretizada para dar início às ações (BRASIL, 2021).

3.6 O emprego de submarinos na estratégia marítima

De uma maneira geral, os submarinos desde que iniciaram nas operações de guerra naval tornaram-se a arma escolhida por Estados mais fracos para desafiar a dominação

³³ Guerra "Russo-Japonesa" (1904-1905) foi um conflito pela disputa territorial entre os dois Estados, que marcou a ascensão regional do Japão e evidenciou a decadência do regime Czarista (LARDAS, 2018).

de potências navais mais fortes (HOWARTH, 2006).

Nesse contexto, Estados mais fracos que são obrigados a adotar uma postura defensiva no mar, vislumbram nos submarinos uma chance de mitigar a grande diferença de poderes combatentes, destinando grandes recursos para a obtenção desses vasos de guerra.

As peculiaridades operacionais dos submarinos fazem deles no mar armas de guerra fatais. Nesse contexto, o Almirante Doenitz³⁴ (1959) atribuiu que o grande valor deles está no fato de serem os únicos vasos de guerra que podem operar independentemente por longos períodos e em mares dominados pelo inimigo. Essas qualidades de acordo com Castex³⁵ (1997, apud HOWARTH, 2006), os tornam multiplicadores de força e, para os olhos do adversário, a sua invisibilidade lhes confere a qualidade de onipresença.

Assim, diante de uma ameaça submarina, o adversário não tem escolha senão adotar medidas defensivas permanentes contra a possibilidade de um encontro com submarinos em qualquer local na zona de combate potencial.

Para Castex³⁶ (1920, apud HOWARTH, 2006) apenas estas peculiaridades não são instrumentos com os quais o poder naval pode conquistar o comando do mar da potência superior. Por isso, o submarino convencional é uma arma para a negação do uso do mar, não podendo, portanto, ser uma arma decisiva.

O Almirante Doenitz (1959) durante a SGM entendeu que os submarinos não poderiam ser armas decisivas. Portanto, ele os utilizou como arma estratégica contra os navios mercantes inimigos, inclusive em mar aberto, conhecido como guerra de corso.

Nesse sentido, a guerra de corso demonstrou que o submarino é capaz de interromper o comércio marítimo do inimigo, negando-lhes recursos valiosos, como também

³⁴ Karl Dönitz (1891 – 1980) foi o comandante da *Kriegsmarine*, a marinha alemã.

³⁵ CASTEX, Rauol (1929–35; 1997) *Théories stratégiques*, 5 volumes,

³⁶ CASTEX, Rauol. *Synthèse de la Guerre Sous-Marine*, 1920.

alterou a doutrina da evolução dos navios de superfície e o seu papel na guerra naval.

Para a natureza do emprego em relação à negação do uso do mar, não quer dizer que o submarino deva assumir uma posição defensiva. Segundo o Almirante Doenitz (1959), o submarino é ideal como arma tática de ataque.

A utilização ideal para os submarinos de acordo com Castex (1997, apud HOWARTH, 2006) é empregar contra forças e interesses adversários em ações ofensivas, mantendo constantemente a iniciativa das ações e, sobretudo onde os submarinos têm a maior chance de encontrar o inimigo, ou seja, perto do ponto para o qual ele é atraído.

Para Howarth (2006), as qualidades como arma ofensiva fazem do submarino o instrumento ideal para o poder naval, porém, às vezes pela inferioridade de suas forças, é obrigado a passar para a defensiva estratégica, o que não significa empregá-lo para essa situação de forma passiva.

3.6.1 Os submarinos convencionais

Os submarinos convencionais modernos são plataformas de armas acessíveis para muitas marinhas ao redor do mundo que desejam defender suas próprias áreas costeiras contra todos os inimigos em potencial, até mesmo potências nucleares (POLMAR, 2022).

Eles são muito mais silenciosos que os submarinos nucleares de ataque (SSN)³⁷, conferindo-os uma vantagem essencial. Este fato se deve por navegarem submersos com propulsão por baterias. Assim, uma vez que elas estejam alimentadas, os submarinos

³⁷ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*nuclear-powered general-purpose attack submarine (SSN)*”

convencionais podem navegar para o fundo das águas costeiras e permanecer sem ser detectados (GRACE, 2008).

Embora não possam viajar longas distâncias ou navegar muito rapidamente, os avanços tecnológicos, como propulsão independente do ar e células de combustível, permitiram que os submarinos ampliassem as suas faixas operacionais (GRACE, 2008).

Os submarinos convencionais são capazes de usar a topografia para fugir de ASW, desligando seus motores e fechando suas entradas de água do mar. Além disso, eles podem repousar no fundo, local relativamente seguro de armas teleguiadas que usam sonares ativos para detectar alvos (HOWARTH, 2006).

Ainda em comparação com os SSN, quando o ambiente de disputa for em águas rasas, os submarinos convencionais são mais apropriados. Além do mais, podem operar a partir de bases avançadas, são bem mais baratos, de menor risco operacional e podem ser produzidos mais rapidamente (WALKER; KRUSZ, 2018).

Nas operações preparatórias³⁸ a utilização dos submarinos convencionais é muito importante, pois preparam o espaço de batalha antes de grandes operações. Nesse sentido, a sua primeira tarefa é fazer o levantamento da área, identificar as ameaças, explorar e avaliar o ambiente (OHFF, 2017).

Por outro lado, devido à falta de mobilidade, não são adequados para acompanhar forças de rápida velocidade de avanço (OHFF, 2017). Por isso, devem ser posicionados em zonas de patrulha, localizadas em áreas focais das LCM inimigas e recebendo constantes informações sobre a localização do inimigo.

³⁸ São operações conduzidas na área de operações anfíbias para “modelar” o campo de batalha.

4 A ESTRATÉGIA MARÍTIMA DO JAPÃO

Nessa abordagem, além de consolidar a sua relação com a base teórica do capítulo três deste trabalho, visa analisar os propósitos da estratégia marítima do Japão e como ela é implementada utilizando o seu poder marítimo, constituída pela JCG e a JMSDF.

A Estratégia Marítima do Japão fundamenta-se nas lições aprendidas com a derrota na SGM. Após este conflito tornou-se um Estado pacifista determinado em não repetir os erros do passado cometidos pela MIJ, que procurou cumprir um destino mahaniano, expandindo-se para o Pacífico e buscando a supremacia naval, resultou em um final dramático com derrotada para a USN (PATALANO, 2015).

Assim, o viés pacifista adotado pelo Japão está consagrado no artigo 9º da sua Constituição nacional, do ano de 1947, que renuncia à guerra e o direito à beligerância. Contudo, essas disposições não lhe negam o direito de autodefesa. Assim, o Japão possui forças armadas necessárias para exercer tal direito. Portanto, após a SGM ele passou a constituir-se em Forças de Autodefesa (SDF)³⁹, orientando-se exclusivamente para a defesa, decretando a extinção da MIJ e substituindo-a pela JMSDF (PATALANO, 2015).

A base estrutural para formação da estratégia marítima do Japão tem como pedra angular a aliança com os EUA e as suas características geográficas, dispondo da insularidade do seu Estado e diversas ilhas no seu entorno estratégico (JAPÃO, 2021). Em complemento, as operações conjuntas surgem com um papel importantíssimo na defesa marítima.

As diretrizes estratégicas em conformidade com a sua base estrutural, priorizam a proteção das principais LCM e a defesa dos interesses nacionais em suas águas territoriais,

³⁹ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Japan Self-Defense Forces (SDF)*”

visando o seu fortalecimento nas disputas com a China no ECS (JAPÃO, 2021).

Neste contexto, analogamente aos princípios de Corbett que buscava coadunar interesses nacionais com a estratégia marítima, o poder marítimo do Japão foi estruturado para subordinar-se a tais interesses, contribuindo com a parcela da segurança marítima.

Desse modo, o Japão sendo um Estado insular, depende extremamente do comércio marítimo, por meio das importações de energia e alimentos, reconhecendo que a segurança marítima é essencial para a sua paz e prosperidade (JAPÃO, 2021).

A parcela da segurança marítima atribuída à JCG é realizar a segurança das águas jurisdicionais, como defesa proativa, monitorando o tráfego aquaviário por meio do controle marítimo. Contudo, caso ocorram situações que se configurem agressões nessas águas jurisdicionais será solicitada a intervenção da JMSDF (JAPÃO, 2012).

O controle marítimo também poderá ser exercido pela JMSDF, assim a missão será mais semelhante aos conceitos de Corbett sobre “Controle do Mar”, pois envolverá a proteção das principais LCM de forma defensiva e temporária (JAPÃO, 2021).

Além disso, também é parte componente da segurança marítima as operações multinacionais⁴⁰ com os EUA, para a defesa nas localizações onde transitam navios com destino ao Japão. Nesse contexto são previstas a defesa em quatro áreas: Nordeste e Sudeste Asiático; Sul da Ásia e Oriente Médio (PATALANO, 2015).

Para as referidas áreas, o Nordeste asiático é considerado o centro nevrálgico das operações marítimas, pois está dentro do triângulo “Tóquio-Guam-Taiwan” (TGT), (FIG. 8, ANEXO G), onde as rotas marítimas se sobrepõem às suas águas territoriais. Por isso, procura-se realizar o controle marítimo da área (PATALANO, 2015). Corroborando este fato, desde o

⁴⁰ Constituída por força armadas de dois ou mais Estados, estruturada pela coalizão de Estados.

período da Guerra Fria, o Japão se comprometeu com os EUA a proteger de forma mais ativa as LCM até 1.000 milhas náuticas do seu território (KAWASHIMA, 2055).

Em proveito de suas vantagens geográficas, está previsto o Japão “negar o uso do mar” através de áreas focais nas passagens dos estreitos pelas suas ilhas e espaços marítimos limitados, utilizando seus meios navais e aeronavais (JAPÃO, 2021). Este conceito de negação do uso do mar é similar ao elemento corbettiano da estratégia marítima.

Além do mais, para neutralizar qualquer ataque naval e aéreo da PLAN, o Japão possui ao longo da cadeia de suas ilhas, baterias móveis de mísseis antinavio e superfície-ar, instalações de radar e coleta de inteligência, sistemas integrados de defesa antinavio e antiaéreo, aeronaves ASW, comando e controle aéreos e avião de caças (JAPÃO, 2021).

Conforme exposto no capítulo três, para Corbett, as forças navais raramente poderiam ser decisivas sozinhas, necessitando da capacidade de projetar forças em terra. Nesse sentido, o SDF utiliza as operações conjuntas com postura de “*defesa reativa*” para cumprir de maneira expedita e eficaz as necessidades de projeção de poder sobre terra, integrando as operações das três forças.

Para essa situação estão previstas nas operações conjuntas a utilização de uma Brigada de Implantação Rápida Anfíbia (ARDB)⁴¹, pertencente a Força Terrestre de Autodefesa (GSDF)⁴², que realizará operações anfíbias para a recaptura no caso de ocupação ilegal das ilhas japonesas. A ARDB será implantada nessas ilhas pela JMSDF ou pela Força Aérea de Autodefesa (ASDF)⁴³ (JAPÃO, 2021).

⁴¹ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Amphibious Rapid Deployment Brigade (ARDB)*”

⁴² Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Japan Ground Self-Defense Force (GSDF)*”

⁴³ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Japan Air Self-Defense Force (ASDF)*”

4.1 A aliança com os Estados Unidos da América

A aliança militar Japão-EUA foi oficializada no ano de 1951, com a assinatura do Tratado de Cooperação Mútua e Segurança. Contudo, a influência norte-americana iniciou-se desde 1945, após a SGM (KAWASHIMA, 2005). Naquele período, pela liderança do general Douglas MacArthur (1880-1964), o Japão foi ocupado militarmente por sete anos pelos EUA, realizando alterações significativas no seu regime político e jurídico, submetendo-o a realizar uma nova Constituição (FORSBERG, 2000).

A retirada dos EUA do Japão foi baseada na convicção de que a recuperação econômica e a segurança nacional só poderiam ser garantidas pela adesão ao mundo livre. Todo esse contexto estava inserido no início da Guerra Fria, atribuindo ao Japão um valor estratégico muito importante. Com isso, os riscos de adesão ao bloco comunista eram grandes se as privações econômicas continuassem (KAWASHIMA, 2005).

Diante desses fatos, a ocupação norte-americana foi finalizada no ano de 1952, porém, foi imposta ao Japão a assinatura do referido Tratado de Segurança Japão-EUA, junto com o Tratado de Paz de São Francisco (KAWASHIMA, 2005).

A aliança estabelece que os EUA se comprometam defender o Japão contra as hostilidades de outros Estados. Em contrapartida permite as forças norte-americanas ocuparem o território japonês com as suas bases. Este foi o elemento crucial do tratado de segurança, pois em 1952, ano em que o tratado entrou em vigor, aproximadamente 110.000 militares das forças norte-americanas ocupavam as bases (KAWASHIMA, 2005).

Conforme declarado pelo Japão, se algum Estado tem a intenção de atacá-lo deverá estar preparado para enfrentar não só a capacidade de defesa da SDF, mas também a esmagadora força militar dos EUA (JAPÃO, 2021).

Atualmente a Coreia do Norte possuindo armas nucleares e as crescentes investidas da RPC nos SCS e o ECS, faz a aliança Japão-EUA desempenhar importante papel na estabilidade da paz e prosperidade não apenas do Japão, mas também de toda a região.

Por isso, diante das ameaças atuais associadas aos aspectos populacionais, escassos recursos disponíveis em seu território e pela sua economia, o Japão afirma que não seria possível garantir a sua segurança nacional apenas pelos seus esforços unilaterais, justificando a necessidade de manter a aliança com os EUA (JAPÃO, 2021).

Nos dias de hoje, a presença norte-americana no Japão é bastante impactante, com aproximadamente 55.000 membros do serviço dos EUA. Além do mais, estão espalhados pelas diversas bases os meios militares mais capazes e avançados, incluindo o porta-aviões “*USS Ronald Reagan*” e o avião de caça “*F-35*” (EUA, 2021).

As forças militares dos EUA estão dispersas entre 85 instalações localizadas em Honshu, Kyushu e Okinawa, contando com a presença das seguintes forças: Exército dos EUA no Japão (USARJ)⁴⁴, a 3ª Força Expedicionária da Marinha, a 7ª Frota dos EUA (*7th Fleet*)⁴⁵ e a 5ª Força Aérea. A força no pacífico que mais contribui com a JMSDF é “*7th Fleet*”, com cerca de 13.000 militares e composta por 18 navios e 100 aviões (EUA, 2022).

A JMSDF e a “*7th Fleet*” estão inseridas na aliança estratégica como capacidades marítimas complementares, conhecido como “*escudo e espada*”. Além do mais, ambos devem evitar a duplicação de esforços, ficando cada qual com suas funções (PATALANO, 2015). Essa analogia do “*escudo e espada*”, em relação ao Japão, conhecido como “o Escudo”, pode ser explicado pelo seu viés defensivo, que desenvolveu forças significativas para esta missão. Por outro lado, os EUA conhecido como “a Espada” são responsáveis pelo ataque com porta-

⁴⁴ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*U.S. Army Japan (USARJ)*”

⁴⁵ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*U.S. 7th Fleet (7th Fleet)*”

aviões, força expedicionária e as forças especiais de guerra.

A aliança Japão-EUA é perene e muito bem consolidada, podendo ser comprovada na tabela “*Cronologia da Aliança Japão-EUA*” (FIG. 9, ANEXO I), em que os desafios, ao longo do tempo, levaram a realizar ajustes na participação de ambos os Estados. Assim, observa-se um crescente papel desempenhado pela SDF. Contudo, de acordo com o *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA)⁴⁶ as questões referentes ao excesso de bases militares dos EUA em Okinawa, com cerca de 75% revela-se altamente concentrada e cada vez mais vulnerável dentro do alcance das redes A2/AD do PLA (MAHNKEN *et al.*, 2019).

Em relação ao poder naval, a aliança do Japão-EUA se torna claramente superior quando comparado com a PLAN, resultando em um desequilíbrio de forças que permanecerá assim pelo menos nas próximas décadas (HOWARTH, 2006).

4.1.1 A importância da Ilha de Okinawa

O Japão e os EUA veem Okinawa um lugar crucial para posicionar as suas tropas, possibilitando desdobrá-las rapidamente em caso de necessidade. Isso ocorre porque a localização de Okinawa está no centro da PCI, sendo estratégica para cenário geopolítico atual.

A posição privilegiada de Okinawa (FIG. 10, ANEXO J) também está perto das principais LCM do Japão e, próxima de potenciais áreas de conflito que podem afetar a paz e a segurança na região, incluindo a Península Coreana e o Estreito de Taiwan (JAPÃO, 2021). Por esses motivos, a presença militar das forças norte-americanas em Okinawa (FIG. 11, ANEXO K) é a maior em todo o Japão e contam também com a presença da SDF.

⁴⁶ *Center for Strategic and Budgetary Assessments* é um *think tank* independente, sem fins lucrativos, com sede em Washington, D.C., especializado em política de defesa, planejamento de forças e orçamentos dos EUA.

4.2 A função “escudo” da Força de Autodefesa Marítima do Japão

A outra missão da JMSDF é a defesa do seu mar territorial e o entorno estratégico. Para isso, está previsto a JMSDF realizar a negação do uso do mar de áreas estratégicas da PLAN. Nesse sentido, são utilizadas ações de desgaste dos meios inimigos com as capacidades da JMSDF, como submarinos, navios de superfície, aviação naval e minagem.

A defesa das ilhas e do continente são realizados por medidas aérea e antiaérea, com a defesa de mísseis balísticos (BMD)⁴⁷. Contudo, a negação do uso do mar e a defesa do seu território apenas será possível devido à grande capacidade de controle da área, realizando atividades Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR)⁴⁸ e patrulhas ASW (JAPÃO 2021).

No caso de uma agressão contra o Japão, a JMSDF deve focar essas capacidades militares para defesa das suas principais LCM e de seus aliados e controlar os seus espaços marítimos, inclusive os sobrejacentes e subjacentes, focando nos pontos de estrangulamento ou negando o acesso para essas áreas (JAPÃO, 2021).

4.2.1 A organização da Força de Autodefesa Marítima do Japão

A composição da JMSDF (TAB.1, APÊNDICE A) é na sua maioria por meios navais e aeronavais voltados para ASW e operações de ataque com submarinos, constando de 36 contratorpedeiros, 22 submarinos convencionais e 4 porta-helicópteros, destacando o Navio

⁴⁷ Será usado neste trabalho a sigla em inglês “*Ballistic Missile Defense* (BMD)”

⁴⁸ São capacidades de coletar dados e informações sobre um objeto ou em uma área de interesse usando imagens, sinais e outros métodos de coleta.

“Izumo”. Corroborando as referidas ações, Hornung (2020) ainda aponta os 73 aviões de patrulha P-1 e P-3C.

O “Izumo” foi originalmente projetado como um navio escolta multipropósito, porém sofreu uma conversão no ano de 2018 para operar como porta-helicópteros. Apesar disso, o navio é capaz de receber aeronaves como o caça “F-35” da USN, configurando-se com um porta-aviões (ALLISON, 2020). Esses meios navais estão dispersos em cinco distritos, que são Yokosuka, Kure, Maizuru, Sasebo e Ōminato.

A Frota de Autodefesa é composta por quatro esquadrões de escolta, que incluem duas divisões em cada esquadrões; A Força Aeronaval tem sete Alas Aéreas que incluem quatro Esquadrões de Patrulha, cinco Esquadrões de Helicópteros ASW e um Esquadrão de Reconhecimento Aéreo. A Força de Submarinos compõe-se em duas frotas (HORNUNG, 2020).

Desse modo, ressalta-se que de acordo com a distribuição dos distritos e as bases navais (FIG. 12, ANEXO L), quase todas as instalações da JMSDF, incluindo a força de superfície e de submarinos estão concentradas na Ilha do Japão (JAPÃO, 2021).

4.2.2 As capacidades de Guerra antissubmarino e Inteligência, Vigilância e Reconhecimento

A JMSDF opera com elevados domínios de ASW e ISR, cabendo salientar que as suas capacidades ASW são consideradas as “melhores do mundo”, devido a experiência adquirida nestas operações durante a Guerra Fria e por possuir meios navais e aeronavais de excelência em ASW (HORNUNG, 2020).

Nesse contexto, de acordo com Hornung (2020) o núcleo dos principais esforços ISR e ASW estão concentrados nos seus meios de superfície, submarinos e principalmente, nas suas aeronaves de patrulha de asa fixa P-3Cs e P-1s e de asa rotativa SH-60Js e SH-60Ks.

A JMSDF e ASDF monitoram 24 horas por dia as águas territoriais e o seu espaço aéreo circundante, utilizando aeronaves de patrulha e diversos radares espalhados por 28 localizações. A quantidade total de aeronaves P-3Cs e P-1s que a JMSDF opera é considerada um ponto forte, ainda mais se associadas aos ativos de ISR como navios, submarinos e unidades terrestres (JAPÃO, 2021).

Conforme apontado por Hornung (2020), a JMSDF está bem aparelhada para conduzir operações ISR e ASW em suas águas, devido ao tamanho de suas ZEE. No entanto, a JMSDF opera apenas com uma pequena quantidade de aviões envolvidos na coleta de inteligência avançada e, as suas plataformas ISR coletam muitos dados, mas o processamento, exploração e a capacidade de disseminação são insuficientes, o que poderá se tornar um problema diante de um conflito mais intenso.

Na divisão de esforços de guerra, em relação à aliança militar Japão-EUA, na ocorrência de um conflito armado, caberá ao Japão realizar no ECS a assistência com as operações de ISR e ASW, incluindo a BMD (HORNUNG, 2020).

4.2.3 O sistema de defesa antimíssil

A defesa antimíssil do Japão é de vital importância, pois conforme estudado no capítulo dois deste trabalho, a RPC possui diversos mísseis balísticos e de cruzeiro que podem atingir as capacidades da SDF no ECS e podem alcançar diversas ilhas japonesas, inclusive o arquipélago japonês, trazendo elevados riscos para a sua população.

Nesse contexto, no caso de agressão em grande escala contra o Japão, no estágio inicial do conflito, esperam-se da RPC ataques repentinos de aeronaves e mísseis, de forma muito rápida e surpreendente (HORNUNG, 2020).

Para se defender de ataques por mísseis balísticos, o Japão possui um moderno sistema BMD, contando com radares terrestres, que vai de Hokkaido ao Norte e a Okinawa ao Sul, mantendo uma vigilância contínua (MIZOKAMI, 2017).

No caso de lançamento de mísseis contra o Japão, os radares terrestres detectam, identificam e fornecem dados de rastreamento para os contratorpedeiros no mar e as baterias PAC-3⁴⁹ em terra, que posteriormente interceptarão os referidos mísseis. Cabe salientar, que os contratorpedeiros são instalados com sistema *Aegis*⁵⁰ e radar SPY-1D⁵¹ (MIZOKAMI, 2017b).

Por mais estruturado que seja o sistema BMD da SDF, ele falha na cobertura, não cobrindo 24 horas por dia, 365 dias por ano. O motivo seria a necessidade dos navios equipados com *Aegis* de realizar manutenção ou estaria relacionado ao mau tempo na área de guarnecimento (HORNUNG, 2020).

4.3 A Força de submarinos

A força de submarinos tem a missão de conduzir ISR subaquática, ASW e patrulhar os mares ao redor do Japão. Para isso, a JMSDF opera atualmente com duas frotas de submarinos convencionais composta pelas classes "*Oyashio*", "*Sōryū*" e "*Taigei*", distribuídos em seis flotilhas, sediadas nas cidades de Kura e Yokosuka (JAPÃO, 2021, 2022).

Os submarinos da JMSDF são considerados uns dos melhores do mundo e, tem a vantagem de serem construídos pelo próprio Japão. A frota é composta por 22 submarinos diesel-elétricos. Assim, nove deles são da classe "*Oyashio*", doze são da classe "*Sōryū*" e, um da classe "*Taigei*", considerado o mais recente (MIZOKAMI, 2021; JAPÃO, 2022).

⁴⁹ Sistema de defesa de longo alcance para combater mísseis balísticos, de cruzeiro e aeronaves avançadas.

⁵⁰ Sistema de armas integrado com computador e radar para rastrear e guiar armas para destruir alvos inimigos.

⁵¹ Sistema de radar 3D, sendo um componente-chave do sistema *Aegis*.

Conforme o *Naval Technology* (2011), os submarinos da classe “*Oyashio*” são os mais antigos da JMSDF, com o maior deslocamento sobre a classe dos convencionais, possuindo dispositivos de borracha instaladas no casco, melhorando a eficiência acústica furtiva.

Os submarinos da classe “*Soryu*” possuem elevada automação, permitindo a redução no tamanho da tripulação. Eles têm um raio de ação de 6.100 milhas náuticas. O projeto da cauda em forma de “X” confere maior manobrabilidade, ideal para águas rasas e litorâneas, em particular para operações nos estreitos (MIZOKAMI, 2021).

Mizokami (2021) e o *Nuclear Threat Initiative* (NTI) (2014) apontam que para funcionar mais silencioso, o “*Soryu*” é equipado com *Air-independent propulsion* (AIP)⁵², alimentando o submarino debaixo d'água por até duas semanas, sendo que os dois últimos submarinos da classe, o “*Ōryū*” e o “*Tōryū*” são equipados com baterias de íons de lítio como sua fonte de energia.

A propulsão da classe “*Soryu*” e “*Oyashio*” fornece para ambos uma velocidade de 13 nós na superfície e 20 nós submerso (NAVAL TECHNOLOGY, 2011; NTI,2014). O sistema de armas dessas classes realizam missões ASW e ASuW, lançando torpedos “Tipo 89”⁵³ e mísseis antinavio “*Harpoon*”⁵⁴ (MIZOKAMI, 2021).

A classe “*Taigei*” tem um comprimento total de 84 metros, um pouco maior do que os “*Soryu*”. O diferencial desse submarino é de estar equipado com baterias de íons de lítio, empregando um sistema de armazenamento e fornecimento de eletricidade “compacto” e “altamente eficiente”, que aumenta a autonomia do submarino submerso sem a necessidade de aumentar o tamanho da sua estrutura (TAKAHASHI, 2022).

⁵² Permite que um submarino convencional opere sem acesso ao oxigênio atmosférico.

⁵³ O Tipo 89 é um torpedo guiado por fio operando nos modos de retorno ativo e passivo. A velocidade máxima é de 130 km/h, podem transportar uma ogiva de 267kg e têm um alcance máximo de 50km.

⁵⁴ O *Harpoon* é um míssil antinavio que viaja a uma velocidade de 864 km/h e alcance de mais de 124 km.

Além disso, ele possui um sistema de “*snorkel*”⁵⁵ aprimorado para reduzir assinaturas e um sistema de sonar de nova geração baseado em tecnologia de matriz de fibra óptica para aprimorar a capacidade de detecção (TAKAHASHI, 2022).

Em relação ao sistema de armas, a classe “*Taigei*” é capaz de lançar míssil antinavio “*UGM-84L Harpoon Block II*” com 248 Km de alcance, o suficiente para o Japão adquirir uma capacidade de projeção de poder sobre terra (TAKAHASHI, 2022).

O segundo submarino da classe “*Taigei*”, chamado “*Hakugei*” foi lançado pela *Kawasaki Industries* em outubro de 2021 e, deve entrar em serviço em março de 2023. Atualmente, o Japão é o único Estado a instalar baterias de íons de lítio nos seus submarinos, com a Coreia do Sul sendo o próximo Estado a fazê-lo (TAKAHASHI, 2022).

4.4 A contenção à China: a estratégia de pressão marítima de “fora para dentro”

Em um possível conflito ocorrendo entre a China e o Japão no ECS, seria improvável que o Japão tivesse a iniciativa de atacar a China no seu território ou em suas águas jurisdicionais, pelos dois motivos já estudados nos capítulos dois e quatro deste trabalho.

O primeiro motivo seriam as capacidades A2/AD muito fortes da RPC e, a tentativa de rompê-las tornar-se-ia uma missão muito perigosa e arriscada. Por isso, de acordo com Jiaqi e Yu (2014), o Japão reconhece que, mesmo que as forças militares dos EUA intervenham em uma guerra contra a China, seria quase impossível de se manter a superioridade marítima e aérea por longo prazo. Portanto, quanto mais próximas as disputas estiverem da China, mais difícil será a guerra. O segundo motivo estaria na sua Constituição nacional, impossibilitando-

⁵⁵ É um conjunto de mastros e tubulações para admissão de ar e exaustão de gases, permitindo ao submarino operar seus motores diesel em profundidade periscópica.

o de tomar iniciativas de ataques, apenas para utilizar as suas forças armadas para autodefesa. Dessa maneira, o Japão deveria concentrar-se em defender o seu território e as suas LCM.

Por outro lado, a RPC tentaria controlar a PCI logo no seu início do conflito, buscando impedir a chegada da USN vinda do Pacífico. Para isso, como observado no capítulo dois, a PLAN executaria a sua estratégia de defesa em profundidade, em que os seus submarinos nucleares e convencionais deveriam se posicionar ao leste da PCI.

Nesse contexto, Hammes (2012) aponta que diante de um conflito, a aliança Japão-EUA deverá obter o controle do mar, realizando um bloqueio afastado de pontos estratégicos, negando à PLAN o uso do mar dentro da PCI e, por consequência, o acesso ao Pacífico ocidental. Assim, para conter o avanço da PLAN e mantê-la apresada no ECS, a aliança Japão-EUA poderá utilizar uma estratégia conhecida de “pressão marítima de fora para dentro”, idealizada no CSBA (MAHNKEN *et al.*, 2019).

A estratégia de pressão marítima divide-se em forças internas, ao Oeste da PCI e forças externas, ao Leste da PCI. Na parte interna, envolve a negação de área e operações de bloqueio já apontadas por Hammes (1953-), com estabelecimento de uma postura avançada de defesa em profundidade (FIG. 13, ANEXO M), sendo complementadas por uma rede de ataques antinavio e antiaéreas localizadas ao longo das ilhas Ryukyu. Na parte externa estão posicionadas as forças aéreas e navais, em apoio às forças de dentro (MAHNKEN *et al.*, 2019).

Desse modo, as forças internas formadas pela JMSDF e 7ª Frota, explorariam a geografia da região, posicionando-se ao longo da PCI e formando uma barreira defensiva inicial, que desafiaria as operações militares chinesas. No outro aspecto, as forças de fora composta por norte-americanas, fornecem um elemento flexível e ágil, apoiando as forças internas. Assim, elas podem avançar e preencher as lacunas na barreira defensiva das forças internas, restabelecendo a configuração inicial se necessário (MAHNKEN *et al.*, 2019).

A estratégia de pressão marítima apenas é viável porque explora a vantagem geográfica japonesa na região. Assim, o Japão conta para a sua defesa, numerosas ilhas ao longo do ECS, que fornecem opções de base terrestre para defesa aérea e marítima nas lacunas da PCI, possibilitando controlar as passagens marítimas nos estreitos do continente asiático para o Pacífico ocidental (HAMMES, 2012). Essas ações facilitam a negação de uso do mar, com implementação de submarinos da JMSDF deixando a PLAN vulnerável.

4.4.1 O emprego de submarinos convencionais no Mar da China Oriental

O ambiente operacional do ECS com águas relativamente rasas ao redor da sua extensão torna-se mais apropriados para os submarinos convencionais modernos, que podem se mover bastante rápido dentro de uma pequena área de operações.

Pela natureza do seu emprego, a principal missão dos submarinos convencionais no ECS será a negação do uso do mar, assim essa missão gera vulnerabilidades para a PLAN, que necessita enviar os seus submarinos para os espaços marítimos na região da PCI. Por outro lado, possibilitam algumas vantagens para JMSDF se permanecerem em zonas de patrulha, aguardando o seu adversário, uma vez que já estarão inseridos no teatro de operações.

Os submarinos da PLAN quando saem de suas bases, devido às profundidades muito rasas no seu entorno, precisam atravessar o ECS na superfície por um período considerável até chegar as condições que permitam submergir em segurança (JIAQI; YU, 2014).

Por esse motivo, a Taxa de Indiscrição do Submarino (TIS)⁵⁶ fica muito alta, expondo-os ao sistema de ISR e ASW japonês, considerado uns dos melhores do mundo, que

⁵⁶ TIS é a porcentagem de tempo de exposição de mastros e período de esnórquel com indiscrições, dividida pelo tempo total de trânsito em imersão.

poderão obter rapidamente a localização e direção de movimentos deles.

Além do mais, os submarinos convencionais da PLAN não possuem autonomia suficiente para chegarem submersos até a região de Okinawa, parte mais funda do ECS, precisando recarregar suas baterias durante o trânsito, que devido às condições operacionais, ainda devem realizar mais uma recarga quando chegarem àquela região (JIAQI; YU, 2014).

As capacidades ISR e ASW do Japão, cobrindo grande parte do ECS, com alcance de mais de 7.700 Km, garantem que toda vez que os submarinos da PLAN deixarem os seus portos, sejam expostos a uma viagem perigosa (JIAQI; YU, 2014).

Ademais, o ISR e ASW japoneses também reduzem muito a capacidade de combate destes submarinos na área da PCI. Somando-se a esses fatores, para que os chineses saiam do ECS em direção ao oceano Pacífico deverão transitar por diferentes pontos de estrangulamento e estreitos nas cadeias de ilhas controladas pelo Japão.

Para a PLAN mitigar ou eliminar essas vulnerabilidades diante das capacidades ISR e ASW da SDF, seria importantíssimo conquistar a superioridade aérea. Tal superioridade deixaria os submarinos da JMSDF praticamente sem informação de movimento e localização dos meios navais da PLAN, degradando muito a aquisição de alvos para o ataque.

Essas vulnerabilidades não são observadas pelo lado japonês, pois as posições das bases de submarinos da JSMDF estão localizadas na ilha do Japão e, podem ir direto para águas profundas quando forem executar a sua missão.

De acordo com Moriyasu (2021), o emprego dos submarinos convencionais da JMSDF, que são muito silenciosos, pode ser muito útil quando posicionados em pontos de estrangulamento⁵⁷ na cadeia de ilhas. No que concerne aos submarinos nucleares, eles são

⁵⁷ É um termo da estratégia militar, com uma característica geográfica em terra ou passagem marítima através de uma via fluvial crítica (estreito), pela qual uma força armada é forçada a passar para atingir seu objetivo.

mais apropriados para o oceano aberto, perseguindo um inimigo ou se preparando para lançar um míssil de um local não detectado.

Ademais, com o prolongamento do conflito, ambos os Estados diante das decisões políticas, podem determinar o ataque de submarinos às principais LCM comerciais do inimigo. Dessa maneira, de acordo com Jiaqi e Yu (2014), as vulnerabilidades da China aumentarão, pois o Japão poderá deslocar as suas LCM para o Leste da PCI, onde ficarão mais protegidas dos ataques inimigos, obrigando os submarinos da PLAM atravessar essa grande muralha para tentar engajar os navios mercantes japoneses.

Entretanto, para o caso da China, as suas LCM ficarão muito expostas no ECS se forem atacadas pelos submarinos da JMSDF, uma vez que elas passam obrigatoriamente pelos cinco estreitos controlados pelos Japão, dificultando muito a defesa dos seus navios mercantes pela PLAN.

Contudo, Chang (2021) aponta que a vulnerabilidade do Japão está no estreito de Miyako, devido à lacuna de 250 Km de largura formada entre a ilha de Okinawa e Miyako. Assim, Chang observa que a PLAN considera que este estreito é o seu principal canal entre seus portos costeiros e o Pacífico. Por isso, os submarinos chineses tentarão forçar a sua passagem neste estreito, corroborando o fato que também é a passagem mais profunda do ECS, sendo importantíssima para os submarinos em imersão.

Por fim, na estratégia de pressão marítima os submarinos da JMSDF também conduziram operações avançadas, à frente da barreira defensiva (FIG. 13, ANEXOS M), apoiando as forças terrestres como sensores avançados e realizando ataques de torpedos e ASCM contra navios chineses (MAHNKEN *et al.*, 2019). No entanto, a sua principal responsabilidade seria derrotar os submarinos da PLAN dentro da PCI, possivelmente nos pontos de estrangulamento, antes que eles possam sair do ECS.

5 CONCLUSÃO

As análises desta dissertação buscaram compreender as disputas entre Japão e a RPC no ECS e, como o Japão desenvolveu a sua estratégia marítima, focando no emprego dos seus submarinos convencionais.

A conclusão em relação as conexões e similaridades entre as teorias estratégicas tradicionais e a estratégia marítima do Japão foi a alteração do pensamento estratégico “*mahaniano*” para “*corbettiano*”, que após a SGM o Japão implementou uma abordagem “marítima” em vez de “naval”. Tal fato é justificado pela sua visão atual, baseada na renúncia à vitória absoluta no mar, que foi substituída pela estratégia regional, com operações navais limitadas e destinadas aos objetivos políticos.

Analisando a expansão marítima chinesa, verificou-se que ela vem se tornando mais agressiva na PCI. Assim, as suas investidas nas ilhas Senkaku, com frequentes invasões da PLAN, CGC e da MMC às águas jurisdicionais japonesas, apontam que a RPC não está apenas intencionada em realizar uma ação de presença, mas desafiar ativamente o controle japonês.

Por outro lado, uma eventual retomada de Taiwan pela RPC, implicará uma grande insegurança ao Japão. Dessa maneira, possibilitará iniciar uma campanha para conquistar as ilhas Ryukyu e, assim, obter o controle definitivo de quase toda a PCI no ECS, o que restringirá suas limitações impostas pela geografia local. Dessa forma, concluímos que o domínio do ECS é uma prerrogativa essencial para as pretensões chinesas, esbarrando nas aspirações do Japão na região, que tende a ampliar sua liberdade de ação com o auxílio dos EUA.

Em relação à missão da JMSDF, ainda permanece exclusivamente orientada para a defesa, apesar da expansão na sua área de atuação. Assim, podemos concluir que o seu viés pacifista está começando a se distanciar deste propósito. Tal fato pode ser evidenciado pela

alteração do porta-helicópteros “*Izumo*” em um porta-aviões adaptado, demonstrando as suas intenções de compor-se em uma força de ataque.

A aliança militar Japão-EUA continua sendo essencial para a segurança nacional japonesa diante das ameaças reais impostas pela RPC e Coreia do Norte no ECS. Por outro lado, mantem-se como pedra angular da política de segurança dos EUA no leste da Ásia. Nesse cenário, a função “escudo-espada” está ainda mais ativa e vigente, podendo ser melhor empregada na estratégia de pressão marítima exercida sobre a RPC.

Nesse sentido, a JMSDF na função “escudo” utiliza seus meios de superfície e aeronavais para ações prioritárias de ISR, BMD e ASW, criando uma defesa proativa na PCI e no entorno estratégico japonês. Em complemento, os submarinos convencionais da JMSDF assumem funções essenciais nesta estratégia, pois além de realizarem ISR e ASW já exercida pelos outros meios, também cumprem a principal função da negação do uso do mar, realizando ataques à PLAN, à frente da barreira defensiva ou em pontos de estrangulamentos localizados nos estreitos. Contudo, caso o nível político determine a guerra de corso, os submarinos da JMSDF realizarão ataques à navios mercantes, aumentando a pressão sobre à PLAN, que teria a obrigação de defendê-los além da PCI. Sendo assim, estes fatos respondem a questão central deste trabalho, sobre como os submarinos convencionais da JMSDF são empregados caso ocorra um conflito armado com a RPC.

Em relação à função “espada” da USN, concluímos um ponto de aderência à base teórica “*coberttiana*” presente no capítulo três. Assim, foi constatado o princípio da “*coesão elástica*” (dividir e concentrar) nesta estratégia de pressão marítima. Para tal, a USN posiciona-se na parte leste da PCI, agindo com flexibilidade em apoio às forças internas e podendo restabelecer a sua configuração inicial caso necessário.

Ainda no contexto desta estratégia de defesa marítima, não foram verificados

novos conceitos em relação à estratégia tradicional, revelando similaridade com a ideia “cobertiana” de “guerra limitada”. Isso acontece porque a pressão marítima exercida à oeste da PCI (parte de dentro), com a formação de uma barreira defensiva em função da insularidade japonesa e das suas diversas ilhas, propiciam à JMSDF e à USN se posicionarem defensivamente, sem desistir da iniciativa estratégica. Além do mais, a vantagem geográfica conferida por essas ilhas, fornece ao Japão o controle das LCM que passam pelos principais estreitos conectando o ECS ao Pacífico.

Em relação às vulnerabilidades de Japão-EUA no ECS, verificou-se que existem problemas de concentração da 7ª Frota, posicionada com 75% dos seus ativos militares em Okinawa e a JMSDF permanecendo quase toda concentrada no arquipélago japonês. Assim, a concentração facilita os ataques por mísseis balísticos do PLA. Além disso, para agravar a situação, o sistema BMD da SDF é falho na cobertura, uma vez que os principais meios que lançam antimísseis balísticos são os Contratorpedeiros-AEGIS, que ficam sujeitos ao mau tempo ou necessitam parar para manutenções. Por tais fatos, um ataque em saturação de mísseis direcionado à Okinawa ou ao arquipélago japonês poderia comprometer muitos ativos militares das forças norte-americanas e japonesas.

Por outro lado, existe uma grande dependência de informações que os submarinos da JMSDF necessitam receber das aeronaves engajadas em ASW e ISR. Assim, para que elas cumpram a sua missão, necessitarão de supremacia aérea, que não estará garantida por todo o tempo em caso de um conflito com a RPC.

Por fim, recomenda-se como futura linha de pesquisa, analisar mais profundamente as vulnerabilidades da aliança militar Japão-EUA apontadas neste trabalho, a fim de identificar quais as consequências envolvidas diante das ações de A2/AD implementadas pela RPC.

REFERÊNCIAS

ALLISON, George. Japan confirms that 'helicopter destroyer' Izumo will operate F-35B jets. 2020. Disponível em: <<https://ukdefencejournal.org.uk/japan-confirms-that-helicopter-destroyer-izumo-will-operate-f-35b-jets/>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ASAHI SHIMBUN. Tokyo protests to China over new drilling rig in East China Sea. 2022. Disponível em: <<https://www.asahi.com/ajw/articles/14627178>>. Acesso em: 21 maio 2022.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. 2. ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2011. 309 p. Título original: *A short history of the 20th century*.

BRASIL. Marinha do Brasil. Plano Estratégico da Marinha 2040. 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/arquivo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CHANG, Felix K. The Ryukyu Defense Line: Japan's Response to China's Naval Push into the Pacific Ocean. 2021. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2021/02/the-ryukyu-defense-line-japans-response-to-chinas-naval-push-into-the-pacific-ocean/>>. Acesso em 12 jun. 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von, *On War*, vol. 3 [1832]. Tradução para o inglês de Vom Kriege. Col. J.J. Graham. 2010. 284 p.

CORBETT, J. S. *Some Principles of Maritime Strategy*. New York: Longmans Green & Co, 1911. 317 p.

DOENITZ, Karl. *Memoirs: Ten Years and Twenty Days*. Translated by R. H. Stevens. London: Frontline Books, 2012. 522 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). U.S. Forces in Japan. 2022. Disponível em: <<https://www.usfj.mil/About-USFJ/>>. Acesso em: 04 maio 2022.

_____. U.S Department of State. Reaffirming the Unbreakable U.S.-Japan Alliance. 2021. Disponível em <<https://www.state.gov/reaffirming-the-unbreakable-u-s-japan-alliance/>> Acesso em: 04 jun. 2022.

_____. Office of Naval Intelligence. The PLA navy: new capabilities and missions for the 21st century. Washington, D.C.: 2015. Disponível em: <https://www.oni.navy.mil/Portals/12/Intel%20agencies/China_Media/2015_PLA_NAVY_PUB_Print_Low_Res.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

JAPÃO. Submarine Fleet Force MSDF (SBF). 2022. Disponível em: <<https://www.mod.go.jp/msdf/sbf/subordinate/5sd.html>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

_____. Defense of Japan. Annual White Paper Japanese. 2021. Disponível em

<https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/index.html>. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. Ministry of Foreign Affairs of Japan. MOFA. 2016. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/index.html>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

_____. Guarda Costeira do Japão, Livro Branco da Guarda Costeira. 2012. Disponível em: <<https://www.kaiho.mlit.go.jp/info/books/h12haku/2bu1-1.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JIAQI, Yan. YU, Zhang. Batalha Decisiva do Mar da China Oriental. 2014. Disponível em: <<http://military.people.com.cn/n/2014/0510/c1011-24999669.html>>. Acesso em: 28 maio 2022.

FORSBERG, Aaron. America and the Japanese Miracle. The Cold War Context of Japan's Postwar Economic Revival, 1950-1960. The University of North Carolina. USA. 2000. 352 p.

GAGARIDIS, Alessandro. Japan's Maritime Security Strategy in Response to Chinese Military Power. 2017. Disponível em <<https://dial.uclouvain.be/memoire/ucl/fr/object/thesis%3A8552>>. Acesso em: 18 maio 2022.

GLOBAL FIRE POWER. Comparison of China and Japan Military Strength. 2022. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/countries-comparison-detail.php?country1=china&country2=japan>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

GRACE, Jean. Diesel-Electric Submarines, the U.S. Navy's Latest Annoyance. 2008. Disponível em: <<https://www.nationaldefensemagazine.org/articles/2008/4/1/2008april-dieselectric-submarines-the-us-navys-latest-annoyance>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

HAMMES, T.X. Offshore Control: A Proposed Strategy for an Unlikely Conflict. 2012. Disponível em: < <https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-278.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

HANDEL, Michael. Corbett, Clausewitz, and Sun Tzu. Naval War College Review. 2000. Disponível em <<https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol53/iss4/9/>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HORNUNG, Jeffrey W. Japan's Potential Contributions in an East China Sea Contingency. USA. 2020. 139 P.

HOWARTH, Peter. China's rising sea power. The PLA Navy's Submarine Challenge. 2006. Oxfordshire, United Kingdom. 198 p.

KAWANAMI, Silvia. Okinawa: A cultura única das Ilhas Ryukyu. 2020. Disponível em: < <https://www.japaoemfoco.com/okinawa-a-cultura-unica-das-ilhas-ryukyu/>> Acesso em: 23 abr. 2022.

KAWASHIMA, Yutaka. Japanese Foreign Policy at the Crossroads: Challenges and Options for the Twenty-First Century. Washington, USA. 2005. 177 p.

KOTANI, Tetsuo. Challenges for the PLAN in the Western Pacific: Implications for the U.S.-Japan Alliance. 2018. Disponível em: < https://project2049.net/wp-content/uploads/2018/06/Kotani_Challenges_PLAN_Western_Pacific.pdf. >. Acesso em 23 abr. 2022

KREPINEVICH, Andrew; WATTS, Barry; WORK, Robert. Meeting the anti-access and area-denial challenge. 2003. Disponível em :<<https://csbaonline.org/research/publications/a2ad-anti-accessarea-denial/publication/1>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

LAGRONE, Sam. China Builds Missile Targets Shaped Like U.S. Aircraft Carrier. 2021. Disponível em:<<https://news.usni.org/2021/11/07/china-builds-missile-targets-shaped-like-u-s-aircraft-carrier-destroyers-in-remote-desert>>. Acesso em: 23 de abr. 2022.

LARDAS, Mark. Tsushima 1905: Death of a Russian Fleet. Cumnor Hill, Oxford, United Kingdom. 2018. 96 p.

LINDBERG, Michael S. Geographical impact on coastal defense navies. The Entwining of Force Structure, Technology and Operational Environment. London, UK. 1998. 261 p.

LIU, Jiangyong. The Diaoyu Islands: Facts and Legality. Tsinghua University, China. 2019. 494 p.

MAHADZIR, Dzirhan. China Launches Third Aircraft Carrier as U.S. Wraps Major Pacific Exercise. 2022. Disponível em: <<https://news.usni.org/2022/06/17/china-launches-third-aircraft-carrier-as-u-s-wraps-major-pacific-exercise>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MAHAN, Alfred. The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783. [1890]. USA. 1965. 545p.

MAHNKEN, Thomas G; SHARP, Travis; FABIAN, Billy; KOURETSOS, Peter. Tightening the chain implementing a strategy of maritime pressure in the Western Pacific. Center for Strategic and Budgetary Assessments (CSBA). 2019. Disponível em: <<https://csbaonline.org/research/publications/implementing-a-strategy-of-maritime-pressure-in-the-western-pacific>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MISSILE DEFENSE ADVOCACY ALLIANCE, MDDA. China's Anti-Access Area Denial. 2018. Disponível em:<<https://missiledefenseadvocacy.org/missile-threat-andproliferation/todays-missile-threat/china/china-anti-access-area-denial/>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

MIZOKAMI, Kyle. Don't Dismiss Japan's Fleet of Diesel-Fueled Submarines. 2021. Disponível em: < <https://nationalinterest.org/blog/reboot/dont-dismiss-japans-fleet-diesel-fueled-submarines-197827>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

_____. Everything You Need to Know: Japan's Missile Defenses. 2017. Disponível em:<<https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/everything-you-need-know-japans-missile-defenses-22155>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MORIYASU, Ken. US eyes using Japan's submarines to 'choke' Chinese navy. 2021. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Indo-Pacific/US-eyes-using-Japan-s-submarines-to-choke-Chinese-navy>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

NAVAL TECHNOLOGY. Oyashio Class Submarines. 2011. Disponível em: <<https://www.navaltechnology.com/projects/oyashio-class/>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

NOBORU, Yamaguchi. Japan's New Security Posture and Its Implications for Taiwan. 2021. Disponível em: <<https://theasanforum.org/japans-new-security-posture-and-its-implications-for-taiwan/>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE, NTI. Japan Submarine Capabilities. 2014. Disponível em <<https://www.nti.org/analysis/articles/japan-submarine-capabilities/>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

OHFF, Hans. Nuclear versus diesel-electric: the case for conventional submarines for the RAN. 2017. Disponível em: <<https://www.aspistrategist.org.au/nuclear-versus-diesel-electric-case-conventional-submarines-ran/>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

PATALANO, Alessio. Post-War Japan as a Sea Power: Imperial Legacy, Wartime Experience and the Making of a Navy. New York, 2015. 272 p.

PINXIAN, Wang; QIANYU, Li; CHUN-FENG, Li. Geology of the China sea. Laboratory of Marine Geology, Oxford, UK, 2014. 687 p.

POLMAR, Norman. Toward diesel-electric power. 2022. Disponível em: <<https://www.britannica.com/technology/submarine-naval-vessel>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SAYERS, Eric. An alliance strategy for the East China Sea. 2019. Disponível em <<https://www.spf.org/jpus-insights/spf-asia-initiative/spf-asia-initiative003.html>>. Acesso em: 02 maio 2022.

SHELBOURNE, Mallory. China Has World's Largest Navy With 355 Ships and Counting, Says Pentagon. 2021. Disponível em <<https://news.usni.org/2021/11/03/china-has-worlds-largest-navy-with-355-ships-and-counting-says-pentagon>>. Acesso em: 02 maio 2022.

SI-FU, Ou. China's A2AD and Its Geographic Perspective. 2014. Disponível em <<https://www.rchss.sinica.edu.tw/>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SMITH, Sheila A. Japan and the East China Sea Dispute. 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0030438712000324>>. Acesso em: 13 mar. 2022

SPELLER, Ian. Understanding naval warfare. New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2019. 206 p.

STAPOREK, Jan Odrobiński. Outline of geopolitical situation in the South China Sea. 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/figure/Overview-map-of-First-and-Second-Island-Chain-Source-Catama-2015_fig5_333663475>. Acesso em: 21 mar. 2022.

STRATING, Rebecca. Maritime and Sovereignty Disputes in the East China Sea. 2021. Disponível em: < <https://www.nbr.org/publication/maritime-and-sovereignty-disputes-in-the-east-china-sea/>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

TAKAHASHI, Kosuke. The Diplomat. The Japan Commissions First New Taigei-Class Diesel-Electric Submarine. 2022. Disponível em:<<https://thediplomat.com/2022/03/japan-commissions-first-new-taigei-class-diesel-electric-attack-submarine/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TANGREDI, Sam J. Anti-access warfare: Countering A2/AD strategies. Naval Institute, Annapolis, EUA. 2013. 300 p.

TILL, Geoffrey. Seapower: A Guide for the Twenty-First Century. Second Edition. London, UK. 2009. 432 p.

TSENG, Hui-Yi Katherine. Lessons from the disturbed waters: the Diaoyu/Diaoyutai/Senkaku Islands disputes. East Asian Institute, NUS, Singapore. 2015. 250 p.

WALKER, Alferes Michael; KRUSZ, Austin. There's a Case for Diesels. 2018. Disponível em: <<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2018/june/theres-case-diesels>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

WEDIN, Lars. Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. p. 235.

YOSHIHARA, Toshi. HOLMES, James R. Red Star Over the Pacific: China's Rise and the Challenge to U.S. Maritime Strategy. Annapolis, USA. 2018. 376 p.

ANEXO A

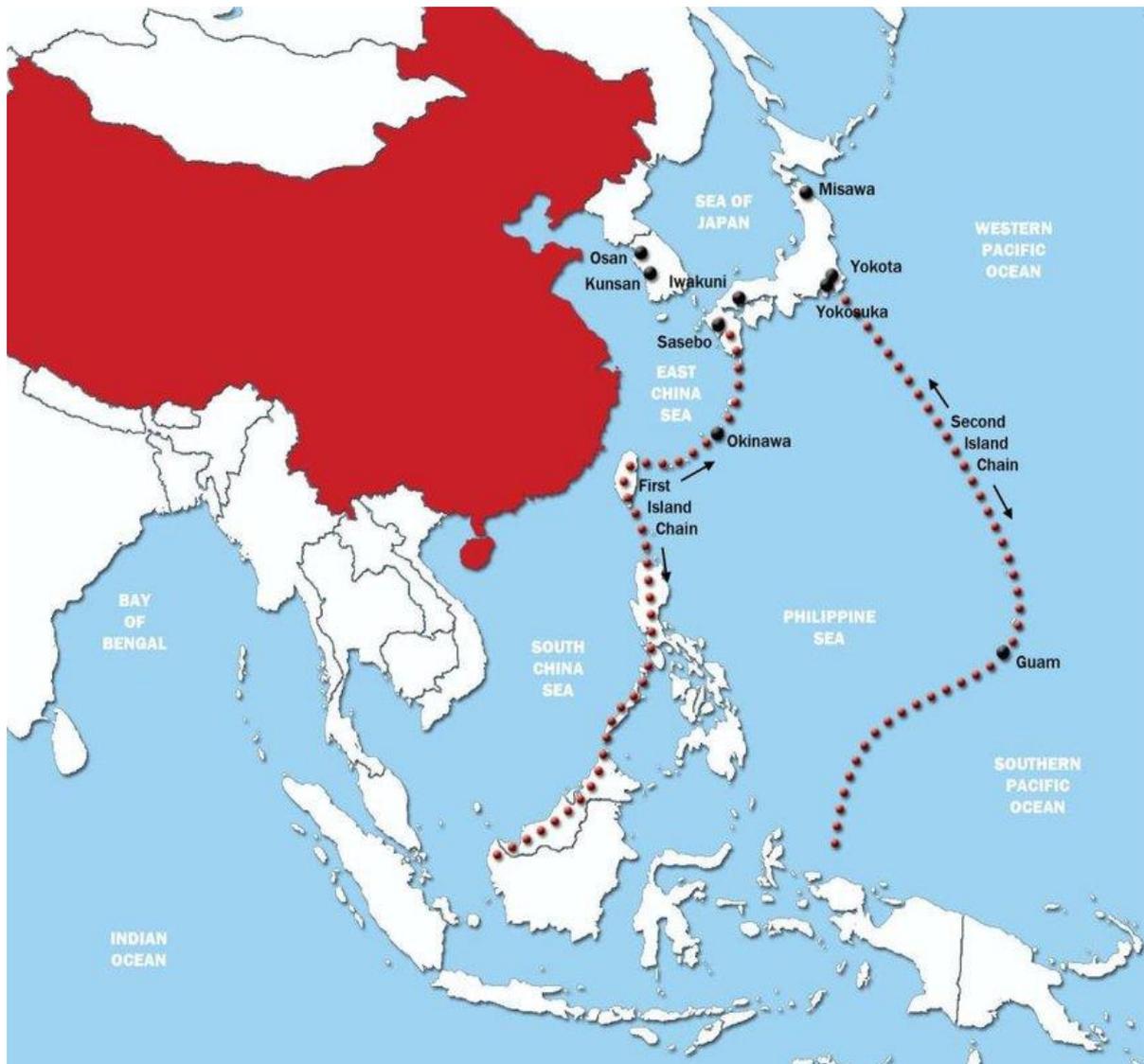


FIGURA 1 – 1ª e 2ª Cadeia de Ilhas

Fonte: STAPOREK, 2017. https://www.researchgate.net/figure/Overview-map-of-First-and-Second-Island-Chain-Source-Catama-2015_fig5_333663475>. Acesso em: 21 mar. 2022.

ANEXO B



FIGURA 2 – Ilhas Ryukyu

Fonte: KAWANAMI, 2020. <https://www.japaoemfoco.com/okinawa-a-cultura-unica-das-ilhas-ryukyu/> Acesso em: 23 abr. 2022.

ANEXO C

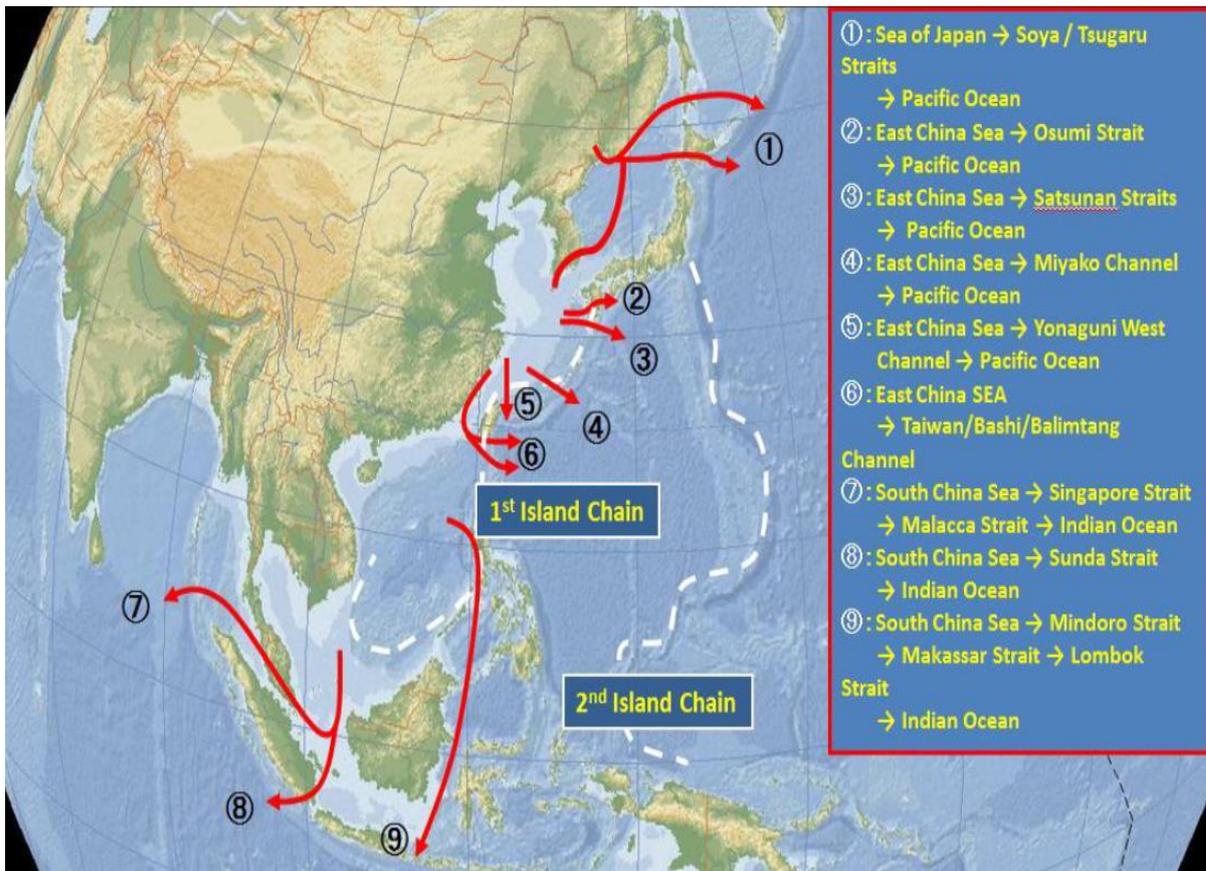


FIGURA 3 – Estreitos no Mar da China

Fonte: KOTANI, 2018. https://project2049.net/wp-content/uploads/2018/06/Kotani_Challenges_PLAN_Western_Pacific.pdf

ANEXO D

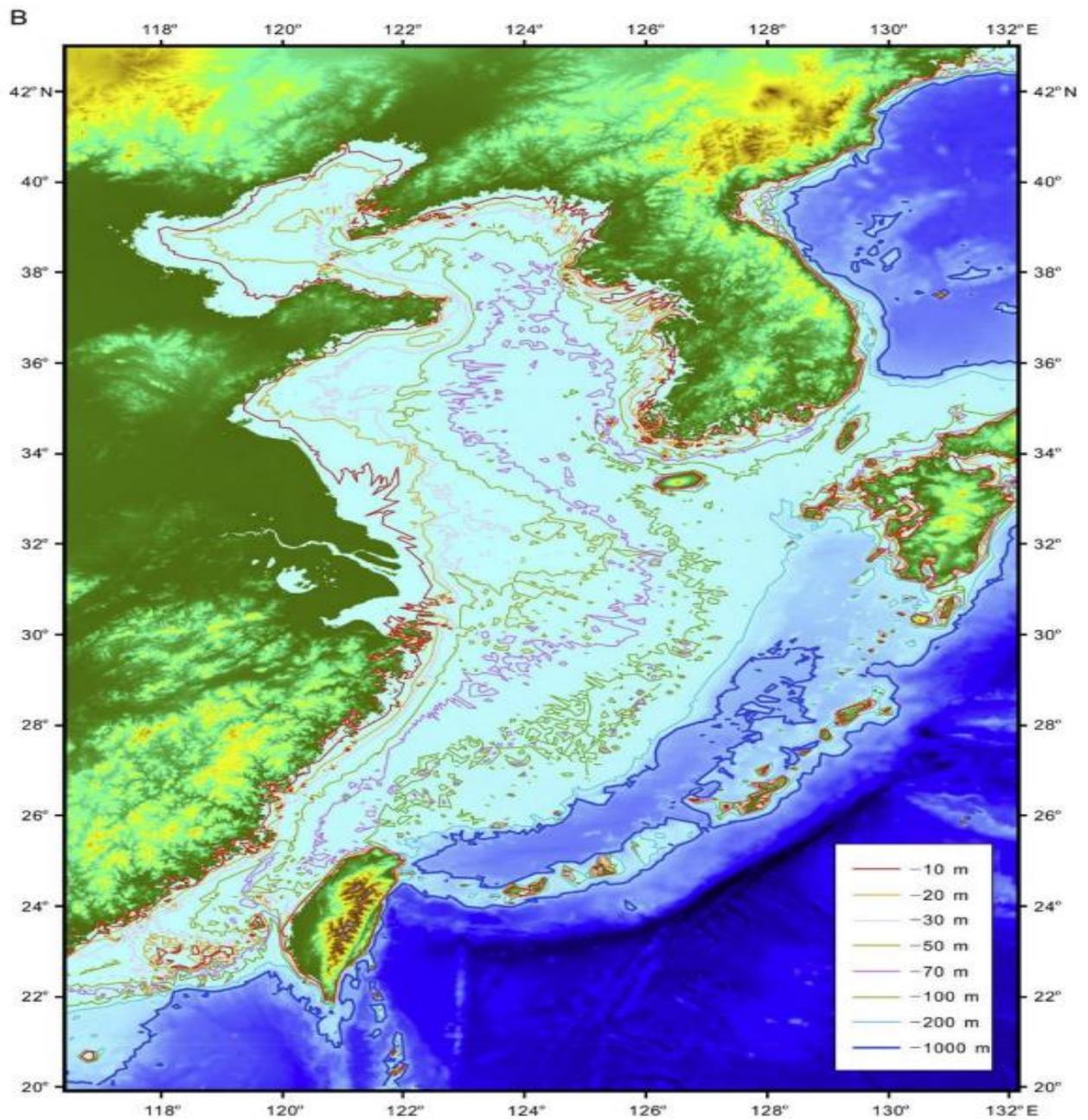


FIGURA 4 – Batimetria do Mar da China Oriental

Fonte: PINXIAN; QIANYU; CHUN-FENG, 2014, p. 18.

ANEXO E

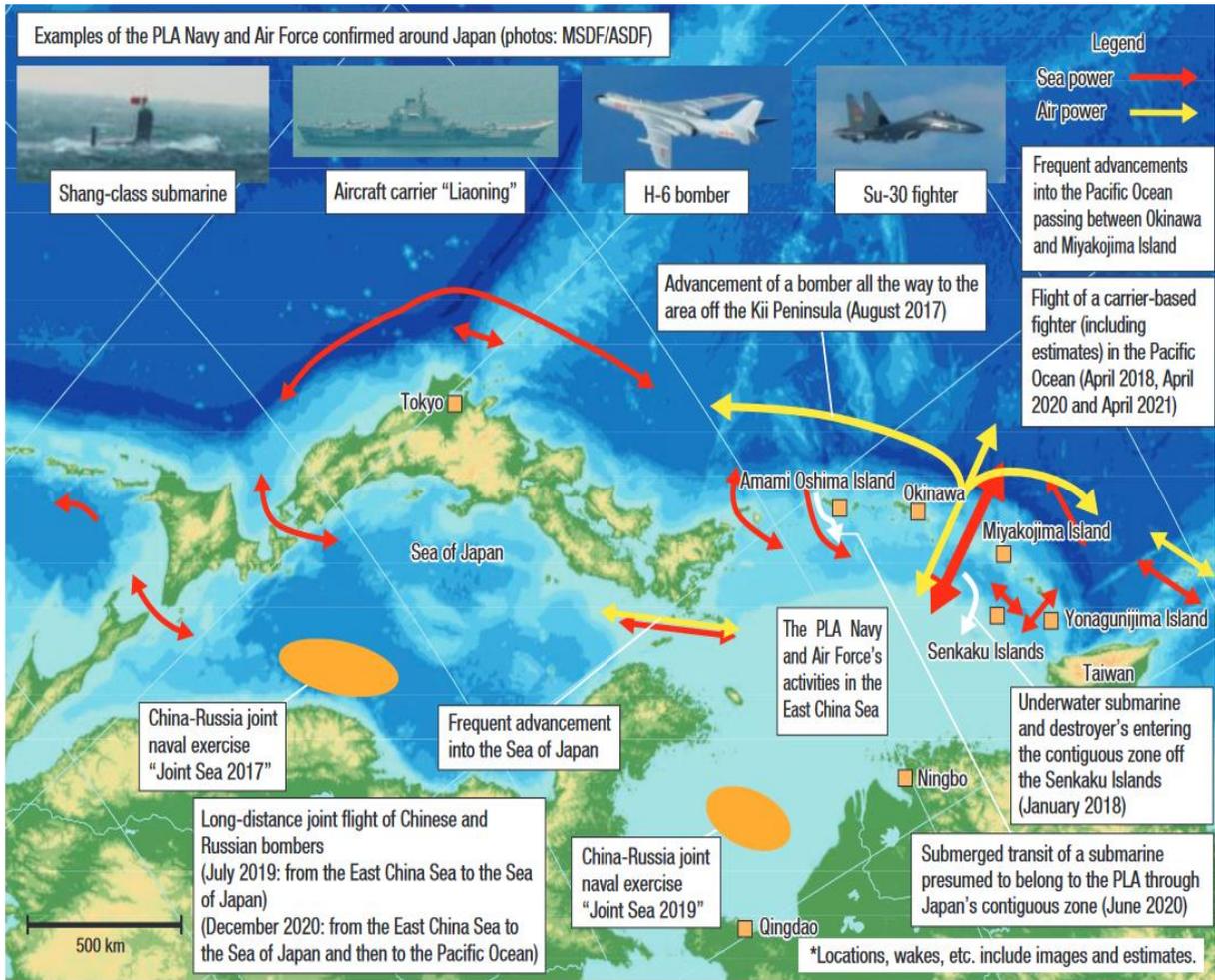


FIGURA 5 – Atividades do PLA na área do mar circundante e no espaço aéreo do Japão

Fonte: JAPÃO, 2021, p. 76.

ANEXO F



FIGURA 6 - Localização com a quantidades das maiores unidades Navais da China

Fonte: SHELBOURNE, 2021. <https://news.usni.org/2021/11/03/china-has-worlds-largest-navy-with-355-ships-and-counting-says-pentagon>. Acesso em: 02 maio 2022.

ANEXO G

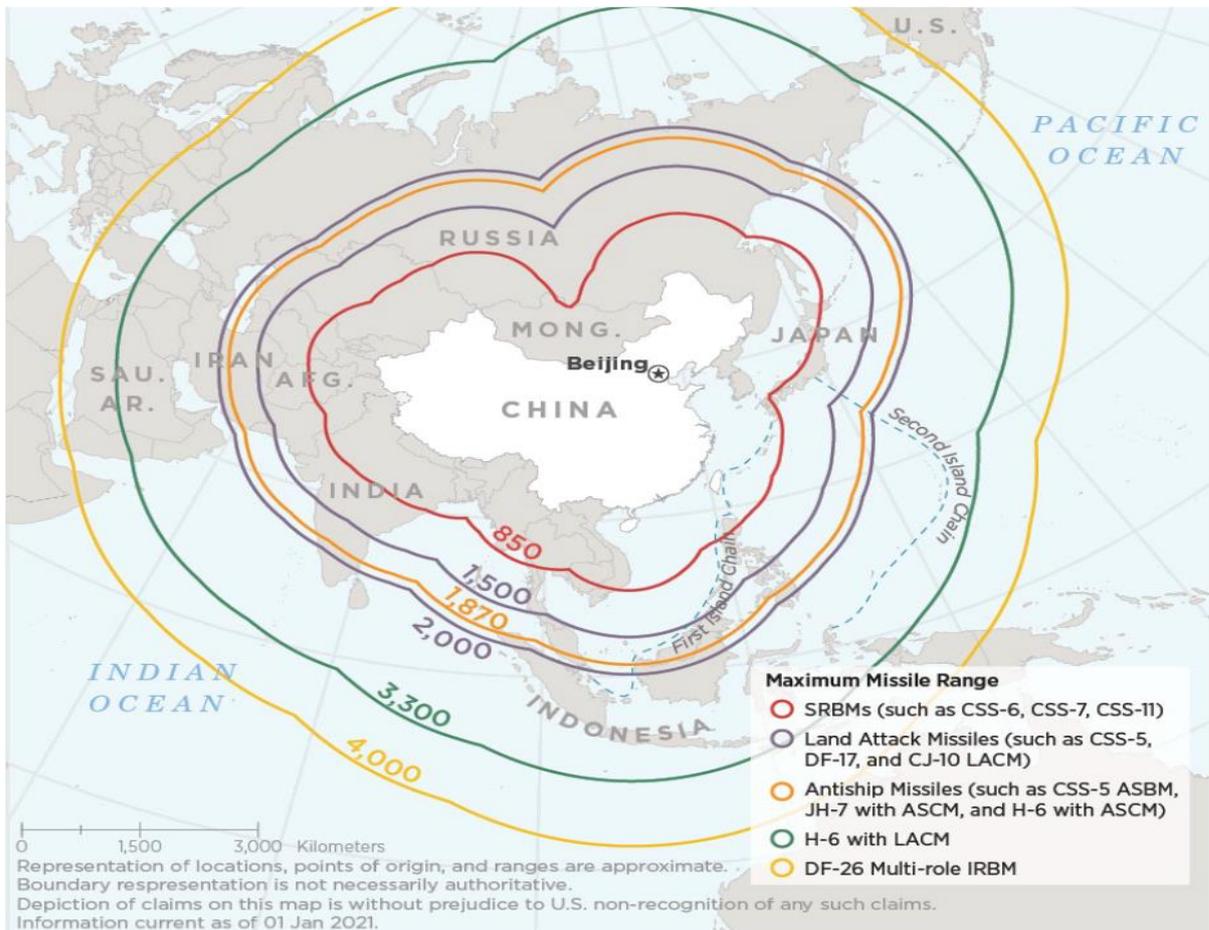


FIGURA 7 – Alcance dos mísseis do PLA

Fonte: LAGRONE, 2021. <https://news.usni.org/2021/11/07/china-builds-missile-targets-shaped-like-u-s-aircraft-carrier-destroyers-in-remote-desert>>. Acesso em: 23 de abr. 2022.

ANEXO H

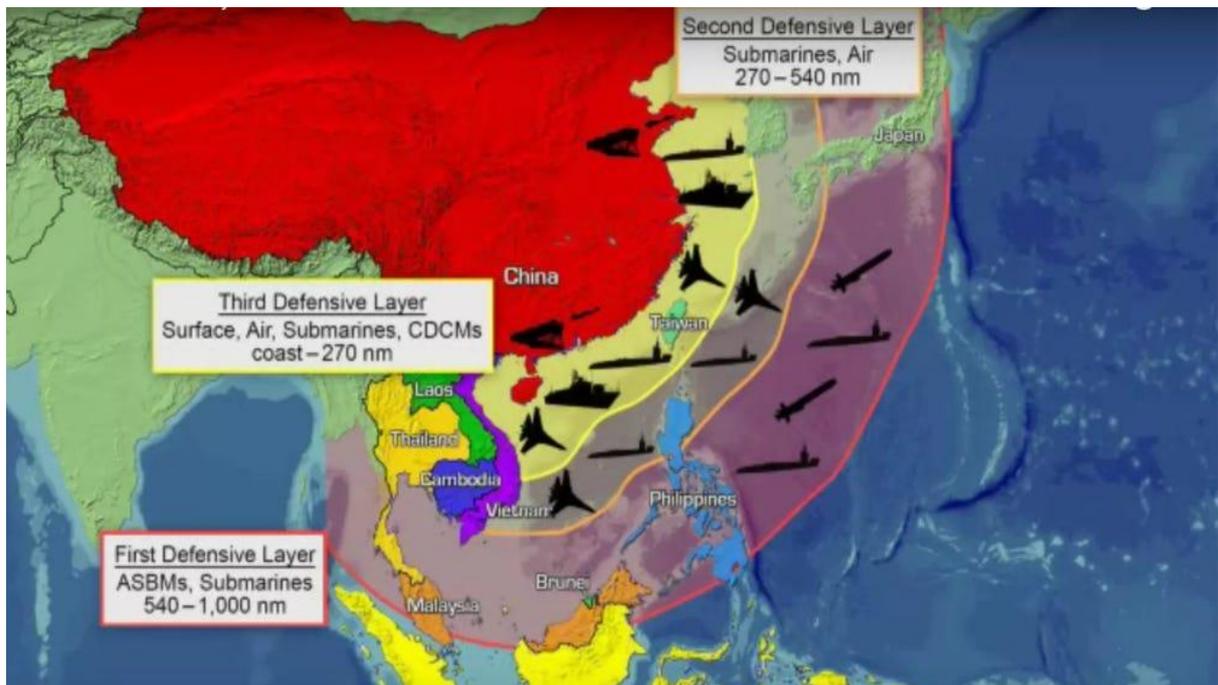


FIGURA 8 – Defesa em camadas do A2/AD da China

Fonte: EUA, 2015. https://www.oni.navy.mil/Portals/12/Intel%20agencies/China_Media/2015_PLA_NAVY_PUB_Print_Low_Res.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ANEXO I

1951		The former Japan-U.S. Security Treaty is signed
1952	Years of the former Japan-U.S. Security Treaty	The treaty enters into force
1958		Fujiyama-Dulles Talks (agreement on the revision of the treaty)
1960	Revision of Japan-U.S. Security Treaty and the new Japan-U.S. Security Treaty	The new Japan-U.S. Security Treaty is signed and enters into force
1968		(Ogasawara Islands are returned to Japan)
1969		Sato-Nixon Talks (agreement on the renewal of the Japan-U.S. Security Treaty and the return of Okinawa to Japan)
1972		(Okinawa is returned to Japan)
1976	Formulation of the 1978 Guidelines and expanding Japan-U.S. defense cooperation	(Agreement on the establishment of the Sub-Committee-Committee for U.S.-Japan Defense Cooperation)
1978		Formulation of the 1978 Guidelines for Japan-U.S. Defense Cooperation (1978 Guidelines)
1991		(Collapse of the USSR and the end of the Cold War)
1996	End of the Cold War and the establishment of the 1997 Guidelines	Japan-U.S. Joint Declaration on Security (Hashimoto-Clinton talks) SACD Final Report
1997		Formulation of the 1997 Guidelines for Japan-U.S. Defense Cooperation (1997 Guidelines)
2001		9/11 terrorist attacks in the U.S.
2003	Japan-U.S. relations since the 9/11 terrorist attacks in the United States	The Japan-U.S. Alliance in the global context (Koizumi-Bush Talks)
2006		Formulation of the United States-Japan Roadmap for Realignment Implementation
		The Japan-U.S. Alliance of the New Century (Koizumi-Bush Talks)
		The Japan-U.S. Alliance for the World and Asia (Abe-Bush Talks)
2007		Irreplaceable Japan-U.S. Alliance (Abe-Bush Talks)
2010		50th anniversary of the conclusion of the Japan-U.S. Security Treaty
2012		Japan-U.S. Joint Statement: A Shared Vision For the Future (Noda-Obama Talks)
2013		Agreement on the revision of the Guidelines for Japan-U.S. Defense Cooperation
2014		The United States and Japan: Shaping the Future of the Asia-Pacific and Beyond (Abe-Obama Talks)
2015	New security environment and the establishment of the new Guidelines	Formulation of the New Guidelines for Japan-U.S. Defense Cooperation Japan-U.S. Joint Vision Statement (Abe-Obama Talks)
2017		Joint Statement (Abe-Trump Talks)
2018		Joint Statement (Abe-Trump Talks)
2020		60th anniversary of the conclusion of the Japan-U.S. Security Treaty
2021		Joint Statement (Suga-Biden Talks)

FIGURA 9 – Cronologia da Aliança Japão-EUA

Fonte: JAPÃO, 2021, p. 304.

ANEXO J

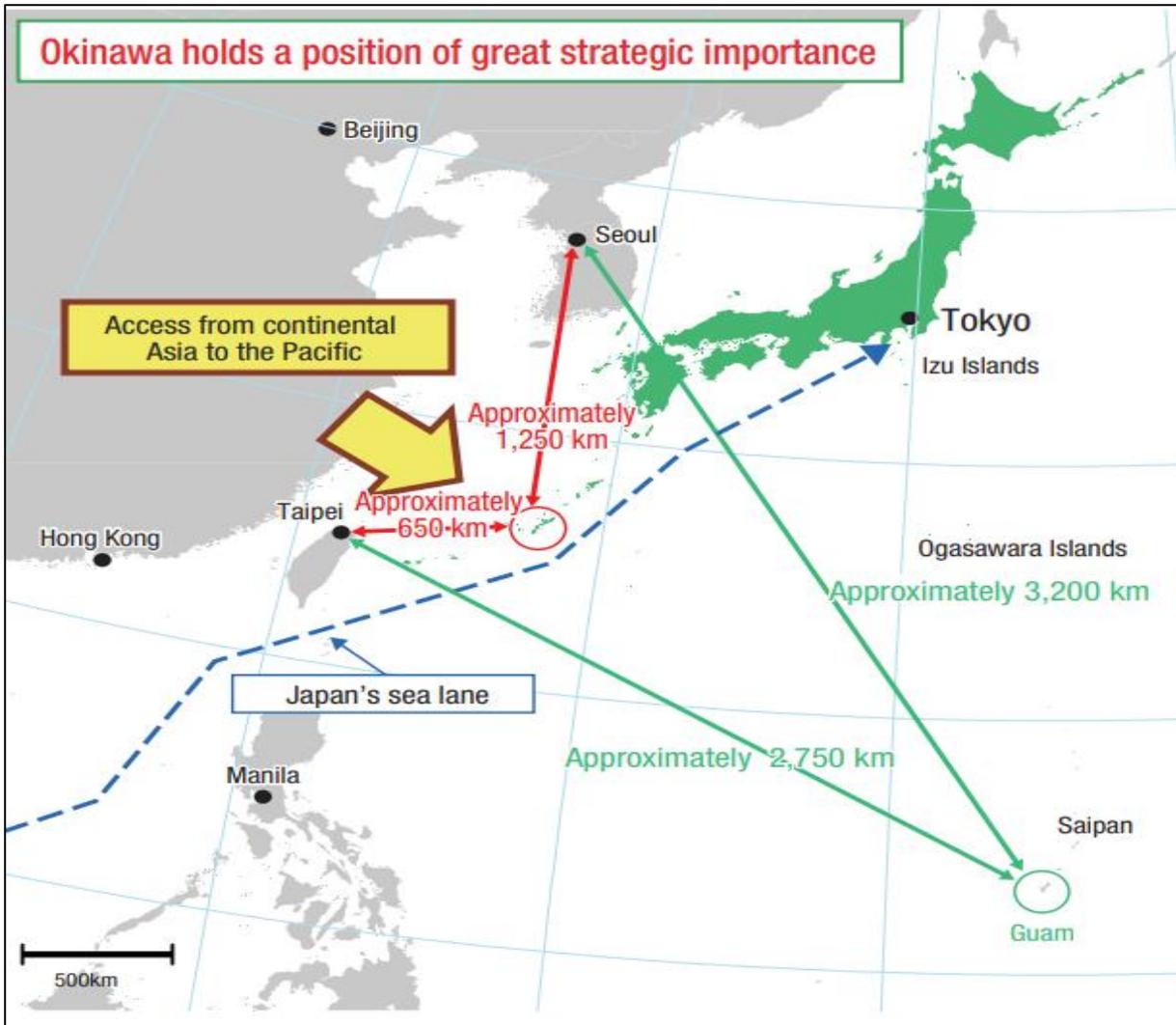


FIGURA 10 – Posição geográfica da Ilha de Okinawa

Fonte: JAPÃO, 2021, p. 328.

ANEXO K

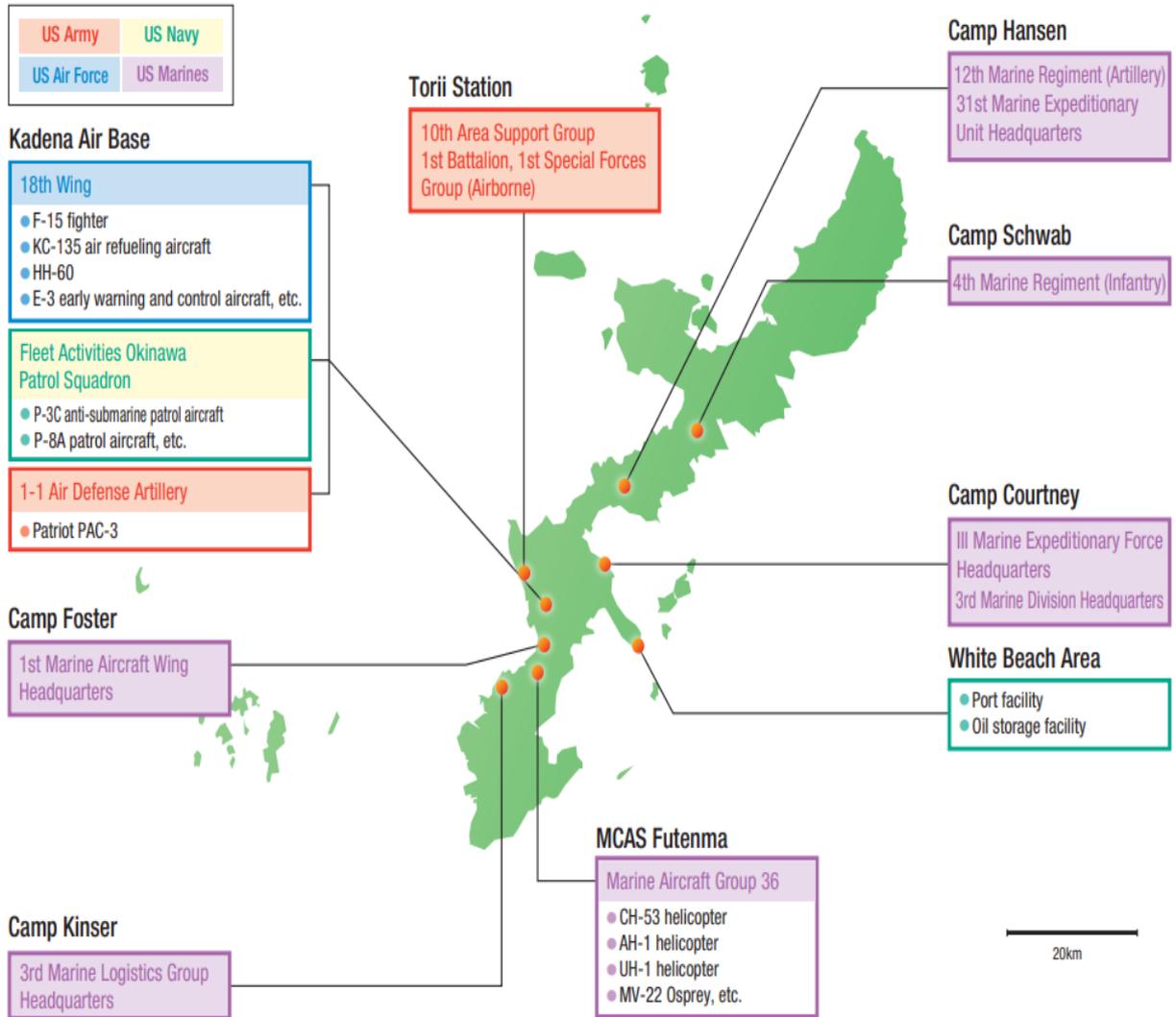


FIGURA 11 – Forças norte-americanas posicionadas na Ilha de Okinawa

Fonte: JAPÃO, 2021, p. 328.

ANEXO L

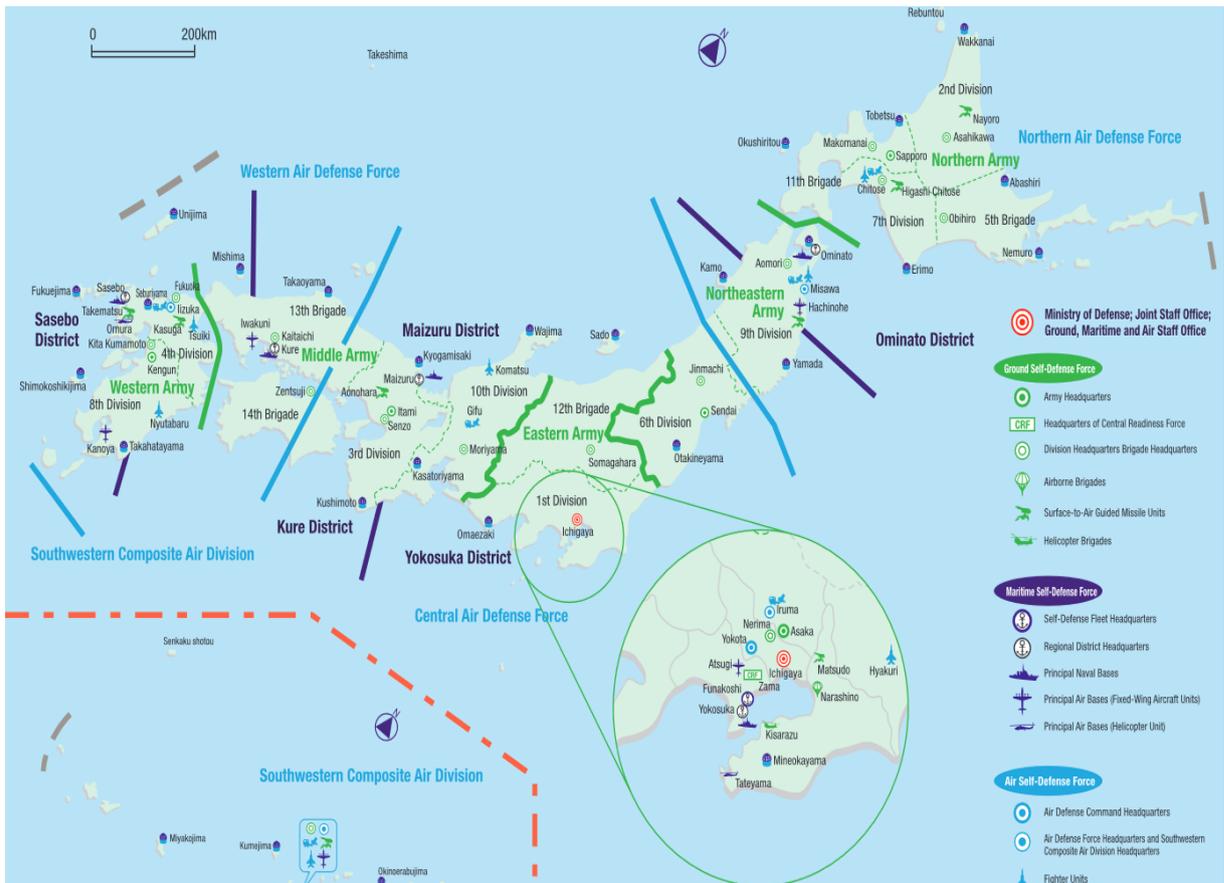


FIGURA 12 – Localização da SDF (concentração no Arquipélago do Japão)

Fonte: JAPÃO, 2021, p. 224.

ANEXO M

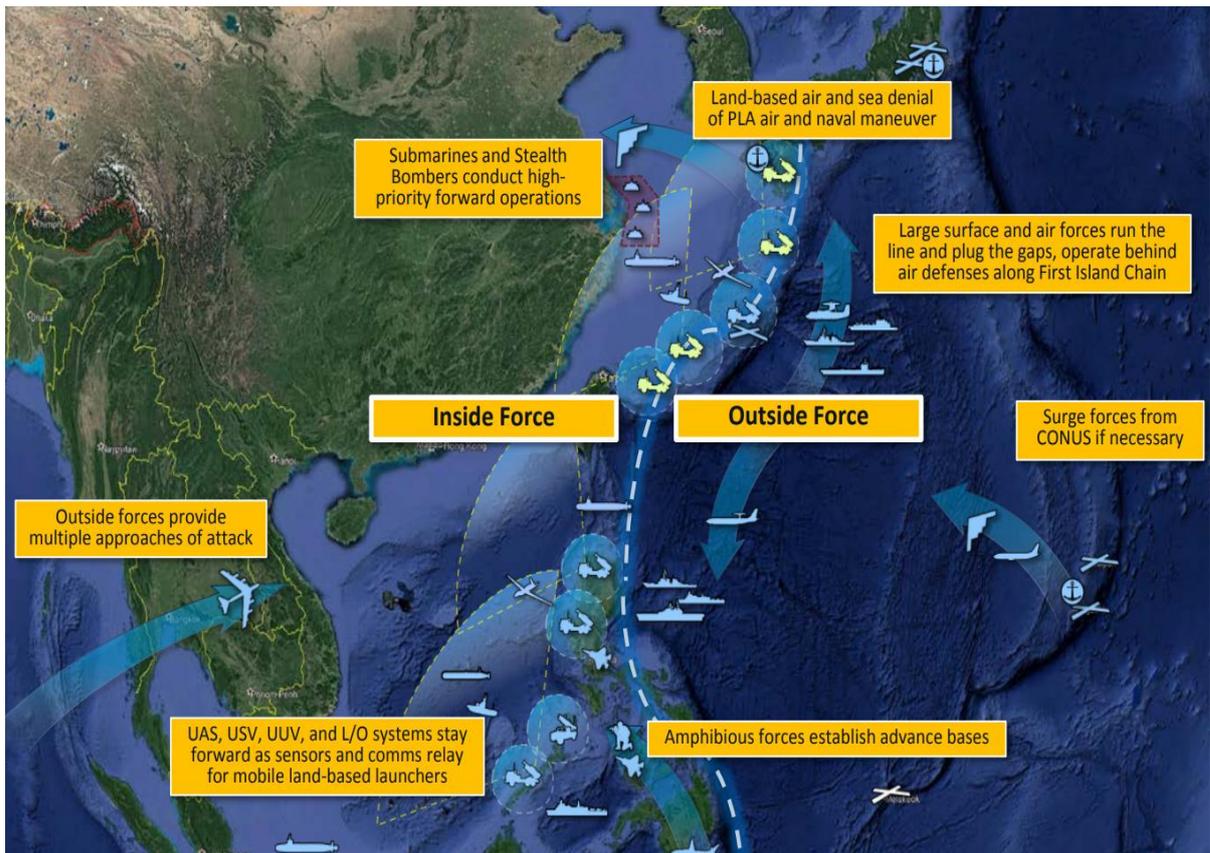


Figura 13 - Estratégia de pressão marítima de fora para dentro

Fonte: MAHNKEN et al., 2019, p. 31.

APÊNDICE A

TABELA 1

COMPARAÇÃO DE ATIVOS MILITARES: CHINA X JAPÃO

		
ATIVOS	CHINA	JAPÃO
RANKING PODER MILITAR	3º	5º
PESSOAL MILITAR NA ATIVA	2.000.000	240.000
ORÇAMENTO DE DEFESA (US\$)	230.000.000.000	47.482.740.000
AERONAVE DE INTERCEPTAÇÃO	1.200	217
AERONAVE DE TRANSPORTE	286	59
AERONAVE DE MISSÃO ESPECIAL	114	164
HELICÓPTEROS DE ATAQUE	281	119
CARROS DE COMBATE	5.250	1.004
VEÍCULOS BLINDADOS	35.000	5.500
ARTILHARIA	4.120	214
LANÇADORES MÓVEIS DE FOGUETES	3.160	99
PORTA AVIÕES	3	0*
PORTA HELICÓPTEROS	1	4
SUBMARINOS	79	22
CONTRATORPEDEIROS	41	36
FRAGATAS	49	4
CORVETAS	70	6
NAVIOS-PATROLHA	152	6
NAVIOS DE GUERRA DE MINAS	36	22
NAVIOS DE OUTRAS CLASSES	374	56

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com os dados retirados no site “Global Fire Power” - <https://www.globalfirepower.com/>

*Porta-helicópteros “Izumo” capaz de receber aeronaves F-35 da USN, configurando-se com um porta-aviões.